

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIENCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS LAGOA VERMELHA
ESTAGIO SUPERVISIONADO

ELISÂNGELA ZAGO

**A CONTRIBUIÇÃO DO SINDICALISMO PARA A CONTINUIDADE DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE IBIAÇÁ**

LAGOA VERMELHA

2015

ELISÂNGELA ZAGO

**A CONTRIBUIÇÃO DO SINDICALISMO PARA A CONTINUIDADE DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE IBIAÇÁ**

Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, Campus Lagoa Vermelha, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração.
Orientador: Prof. Ms. Clovis Tadeu Alves

LAGOA VERMELHA

2015

ELISÂNGELA ZAGO

**A CONTRIBUIÇÃO DO SINDICALISMO PARA A CONTINUIDADE DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE IBIAÇÁ**

Estagio Supervisionado aprovado em 10 de Dezembro de 2015 como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração no curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, Campus Lagoa Vermelha, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Ms. Clovis Tadeu Alves
UPF – Orientador

Prof. Ms. João Paulo Gardelin
UPF – Membro da Banca Examinadora

Prof. Ms. Adriano Lourensi
UPF- Membro da Banca Examinadora

LAGOA VERMELHA

2015

A Deus pela minha vida e por tudo que me proporciona. A minha família, por estarem sempre juntos nestes quatro anos de faculdade. Ao meu namorado pela compreensão e apoio nos momentos difíceis. Aos meus amigos, por entenderem muitas vezes a minha ausência. Aos professores que de alguma forma contribuíram para o meu aprendizado e em especial ao orientador Clovis Tadeu Alves.

RESUMO

ZAGO, Elisângela. A contribuição do sindicalismo para a continuidade da agricultura familiar no município de Ibiaçá. Lagoa Vermelha, 2015. 64 f. Estágio Supervisionado (Curso de Administração). UPF, 2015.

O presente estudo abordou o tema do agronegócio juntamente com o papel do sindicato e a importância das políticas públicas para a agricultura. O sindicato em estudo está localizado no município de Ibiaçá, ao norte do estado e conta com aproximadamente 700 sócios em dia com suas obrigações sociais. A metodologia utilizada para a realização do estudo foi pesquisa descritiva, com levantamento de dados quantitativos, somando-se a isso a utilização de pesquisa bibliográfica na área em estudo. A pesquisa descritiva foi utilizada visando o objetivo de determinar certas características de uma população específica e estabelecer relações entre variáveis estudadas. O estudo foi realizado num período de seis meses, correspondente ao segundo semestre do ano de 2015. Dessa forma o resultado obtido foi a percepção da importância do sindicato em Ibiaçá, as várias cadeias produtivas que o agronegócio está inserido, e a agricultura familiar, seus processos de crescimento e inserção na economia. A multiprodução da agricultura pouco incentivada mostra a necessidade da atenção pelo sindicato e como esta é importante para os agricultores. Também nota-se o envelhecimento dos associados e a necessidade de programas que incentivem a permanência dos jovens no meio rural.

Palavras-chave: agronegócio, sindicalismo, políticas públicas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Representação do agronegócio no mercado de oligopólio e oligopsonio.....	20
FIGURA 02: Faixa etária dos Associados.....	44
FIGURA 03: Estado Civil.....	44
FIGURA 04: Tamanho da propriedade.....	45
FIGURA 05: Renda Bruta Anual.....	46
FIGURA 06: Principal Atividade.....	47
FIGURA 07: Industrialização.....	48
FIGURA 08: Tempo de associação.....	49
FIGURA 09: Informação sobre o sindicato.....	50
FIGURA 10: Importância em ser associado.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN – Banco Central

CETAP- Centro de Tecnologia de Alternativas Populares

CONTAG – Confederação Nacional da Agricultura

COOPERHAF- Cooperativa Regional da Habitação da Agricultura Familiar

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf

DESER- Departamento Sindical dos Estudos Socioeconômicos Rurais

DETRS- Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais

DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETRAF/SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRS- Instituto Federal do Rio Grande do Sul

INCRA- instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MMTR- Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAPE - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SINTRAF- Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Identificação e justificativa do problema	10
1.2 Objetivos gerais	11
1.2.1 <i>Objetivos Específicos</i>	11
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 Conceito Geral do Agronegócio	12
2.2 Visão Sistêmica do Agronegócio	16
2.3 Cadeias Produtivas	19
2.4 Agricultura Familiar no Brasil	22
2.5 A “Multiprodução” da agricultura familiar e a garantia de produção de Alimentos Saudáveis	25
2.6 O sindicalismo no Brasil	27
2.7 O sindicalismo na agricultura familiar	30
2.8 O sindicalismo em Ibiaçá	33
2.9 Da criação das primeiras políticas públicas de crédito rural à criação do PRONAF	36
3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	40
3.1 Delineamento da pesquisa	40
3.2 Universo de Pesquisa	41
3.3 Procedimento e técnica de coleta de dados	42
3.4 Variáveis de Pesquisa	42
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	44
4.1 Perfil socioeconômico dos associados	44
4.2 Inserção do associado no Agronegócio	47
4.3 Percepção do associado no sistema de proteção sindical	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERENCIAS	56
Anexo A - Questionário aplicado aos associados do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ibiaçá - RS	60

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio relaciona-se de uma forma geral com os setores agrícolas, tanto na agricultura como na pecuária, o mesmo é visto como o impulsor da economia nacional representando assim geração de renda, empregos, oportunidades que vem superando o desempenho do setor industrial. A tecnologia é a grande responsável por este crescimento e possui influência direta na evolução agrícola.

Sendo o conjunto das atividades econômicas ligadas à agropecuária, o agronegócio relaciona-se com a produção, industrialização e comercialização dos produtos. O setor é responsável por cerca de 22% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que significa a soma de todas as riquezas produzidas no país, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da USP. O Brasil se destaca como um dos maiores exportadores de produtos agrícolas e pecuários do mundo. A agricultura e os agricultores são responsáveis por produzir estes produtos e desempenha papel importante na economia brasileira.

A agricultura familiar, inserida neste contexto, vem se transformando ao longo dos anos, pelo aumento da competitividade e pela busca por maiores possibilidades de crescimento e melhores oportunidades. Como a agricultura familiar apresenta características econômicas importantes que contribuem para o desenvolvimento do país, é importante a preservação desse sistema produtivo. Os movimentos sociais contribuem pela melhoria deste cenário buscando maiores ensejos financeiros, culturais, de crescimento e de desenvolvimento sustentável.

O sindicalismo representa mudanças e com elas a visão de uma sociedade mais democrática, baseada em princípios que transformem e construam uma classe voltada ao desenvolvimento econômico e sustentável. Paralelamente a estas mudanças os agricultores familiares procuram se adequar aos projetos e tendências que aos poucos vai se inserindo.

Essas mudanças acontecem de forma gradativa e são importantes para o crescimento da entidade e do agricultor.

O sindicalismo busca essa transformação e com isso todo um segmento de órgãos públicos envolvem-se nas atividades ligadas a agricultura, onde as instituições financeiras, poder público municipal, e entidades em geral representam a parcela de pessoas da comunidade que se dedicam a apoiar e buscar novos caminhos.

A categoria dos agricultores familiares vem se mostrando forte e com perspectiva de avanços que são possíveis devido à criação de políticas públicas específicas que vêm garantindo a edificação sociopolítica dos agricultores familiares. As políticas de crédito rural foram os instrumentos da modernização agrícola que com o passar dos anos vêm se transformando e melhorando. Podemos citar o PRONAF como uma política de referência para os agricultores, onde através deste programa as operações de investimentos e contratações são efetuadas.

1.1 Identificação e justificativa do problema

Na busca por melhores oportunidades o agricultor familiar, é induzido pelo mercado a procurar novas ferramentas e tecnologias para a realização do trabalho. Essa pressão mercadológica depende de fatores econômicos responsáveis diretamente pelo crescimento e pelo desenvolvimento agropecuário.

Querendo, ou não, o produtor agrícola moderno, enfrenta dificuldades para permanecer no mercado produtivo. Dificuldades essas representadas pela grande pressão tecnológica e pelo alto custo da tecnologia. Apesar disso, existe um percentual grande de agricultores que desejam continuar em suas propriedades e para isso o sindicalismo precisa estar forte mostrando que é possível uma transformação de idéias, e que mudanças são necessárias em todos os âmbitos de esfera política, econômica e ambiental.

O sindicato desempenha um papel importante e precisa saber o que os agricultores desejam, quais são suas perspectivas e o que realmente contribui para essa continuidade agrícola. Com isso o sindicato busca auxílio sendo um agente facilitador da implementação das políticas públicas. Fornecendo uma cesta de serviços dando maiores perspectivas para os agricultores, pois em muitos casos, a família não teria condições de permanecer em sua propriedade sem os incentivos financeiros que estes serviços lhes garantem. Por isso, surge a

necessidade de entender a importância do sindicalismo no agronegócio e os motivos para influenciar o agricultor a permanecer na sua propriedade, melhorar a diversidade de sua produção e assim, possibilitar uma sucessão familiar. Com isso, qual a contribuição do sindicato para os agricultores familiares no município de Ibiacá?

1.2 Objetivos gerais

Analisar a importância do sindicalismo no município de Ibiacá, identificando o potencial e as conquistas já obtidas em prol dos agricultores familiares.

1.2.1 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos deste trabalho têm-se:

- Conceituar o agronegócio a partir de uma visão sistêmica das cadeias produtivas e do sistema produtivo.
- Identificar o tema do sindicalismo, mostrando a história e evolução, facilitando o entendimento e possibilitando a compreensão do tema, a sua importância e atuação municipal.
- Identificar as políticas públicas destinadas ao pequeno agricultor familiar e verificar a importância das mesmas para o associado.
- Contextualizar sobre a importância do sistema de proteção representado pelo sindicato, e como o mesmo é visto pelos associados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre o agronegócio e seus aspectos econômicos e teóricos pertinentes a elucidação do problema de pesquisa. Em primeiro momento será abordado a importância do agronegócio para a agricultura e a sua evolução ocasionada, sobretudo pela revolução verde e pelo avanço da tecnologia.

As transformações das propriedades rurais modificaram os cenários agrícolas e proporcionaram melhorias para os agricultores. A produção de alimentos no mundo teve maiores proporções, influenciada pela tecnologia, visto que a mão de obra encontrava-se em minoria.

Em seguida será analisada a visão sistêmica ao qual o agronegócio está inserido e as cadeias produtivas, o sindicalismo no Brasil e na Agricultura Familiar e a criação das políticas públicas. O presente capítulo tem como objetivo dar significância à abordagem do problema de pesquisa e dar sustentação ao estudo dos próximos capítulos.

2.1 Conceito Geral do Agronegócio

A evolução da economia, ocasionada, sobretudo pelos avanços tecnológicos, transformou o modelo das propriedades rurais. Tendo ao longo do tempo, grande maioria das terras férteis já exploradas, restando áreas de campo com pouca fertilidade. Concomitante a isso, a industrialização tomou força o que acelerou o processo de urbanização, devido aos salários no meio urbano serem superiores ao do meio rural. (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

Os salários sendo superiores a renda obtida no campo, incentivando o fenômeno da urbanização que, ao longo da metade do século XX fez a população sair do meio rural para dirigir-se para as cidades. Para se ter ideia da dimensão deste fenômeno, de acordo com os

dados do IBGE (tabela 1) pode-se observar que a população rural representava 68,45% no censo de 1940 enquanto a população urbana era de 31,55%. Já no censo de 2010, a população rural representava somente 15,63%, e a população urbana teve um acelerado crescimento. Em consequência destas transformações o homem rural atual, precisa ser mais produtivo que na década de 1940, pois hoje a população urbana cresceu consideravelmente, crescendo também a demanda por produtos agropecuários.

TABELA 1. População Brasileira rural/urbana 1940 a 2010.

Anos	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Rural/Total %	Urbana/Total%
1940	41,2	13,0	28,2	68,45%	31,55 %
1950	51,9	18,8	33,1	63,78 %	36,22 %
1960	70,3	31,6	38,6	55,05 %	44,95 %
1970	93,1	52,0	41,0	44,15 %	55,85 %
1980	119,0	80,4	38,5	32,44 %	67,56 %
1990	146,8	110,9	35,8	24,46 %	75,54 %
2000	170,1	138	32,1	18,87 %	81,13 %
2010	190,7	160,9	29,8	15,63 %	84,37 %

Fonte: IBGE

A crescente urbanização modificou a sociedade rural brasileira e a maneira de interação com o ambiente produtivo. Por outro lado, o meio rural teve que aumentar sua eficiência produtiva, já que houve uma significativa redução na mão de obra disponível. Atualmente, considerando que o país é um grande exportador de commodities, a pequena quantidade de pessoas que permanece no meio rural precisa produzir muito mais alimentos para abastecer o mercado interno e para atender a uma pauta cada vez maior de produtos para exportação.

A solução para esta situação vem sendo encontrada na tecnologia, que teve um avanço intenso desde a década de 1970. Conforme Araujo, (2013) com um menor número de pessoas no meio rural, torna-se obrigatório a produção maior de alimentos, onde as propriedades, independentes de seus tamanhos, acabam perdendo sua auto suficiência, dependendo sempre mais de insumos, máquinas e serviços, especializam-se em somente uma atividade e geram excedentes de produtos abastecendo o mercado mundial como um todo.

A dependência da tecnologia, citada por Araujo (2013), originou-se principalmente como fruto da modernização da agricultura, advinda da revolução verde que foi amplamente incentivada pela fundação Rockefeller, percebendo o potencial que a agricultura poderia alcançar em nível global incentivou a utilização massiva de equipamentos e insumos

tecnológicos. Assim a fundação Rockefeller forneceu os suportes para a expansão das atividades agrícolas em vários países. Com essa ajuda, a expansão e modernização da agricultura que cresceu em nível mundial ficou conhecida como revolução verde (ALVES, 2013).

Para Barros (apud MATOS, 2011), a revolução verde caracteriza-se pelo desenvolvimento de modernos sistemas de produção agrícola orientados para a incorporação de pacotes tecnológicos de aplicação universal, os quais visavam à maximização dos rendimentos dos cultivos agrícolas sem a distinção da situação ecológica. A proposta era gerar condições ecológicas com o uso de agrotóxicos, por exemplo, para eliminar os possíveis predadores e com o uso de fertilizantes aliados ao uso de sementes híbridas para nutrir a terra.

Mendes (2007 p. 45) colabora afirmando que a agricultura, agora moderna, “é vista como um amplo e complexo sistema, que inclui não apenas atividades dentro da propriedade rural, como também, e principalmente as atividades de distribuição de suprimentos agrícolas, de armazenamento, de processamento e distribuição dos produtos”.

Um conceito amplo sobre agricultura moderna, segundo Abramovay (2007), é que a mesma é altamente incorporada ao mercado, capaz de inserir os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho. Transformando-se segundo Wanderley (2001) em uma forma social de produção fundamentada sobre a relação entre propriedade, trabalho e família.

Com a introdução da revolução verde e as constantes modificações ocorridas na agricultura, o agronegócio passou a ser compreendido como parte importante destas transformações. Ou seja, a agricultura precisou reagir a esses desafios e para isso contou com o apoio da ciência que disponibilizou muitos insumos e equipamentos modernos. Com o aumento da modernização agrícola, houve aumento da produtividade da terra, do trabalho e do capital. O crescente mercado interno e as exportações aumentaram e também se diversificaram (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

Para Araujo (2013, p. 31 apud RUFINO, 1999) o agronegócio, é entendido como “o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários ‘in natura’ ou industrializados”. O agronegócio combina suas ações para que todo o processo produtivo seja favorecido, onde os produtos naturais possam ser industrializados e comercializados em sua melhor forma.

O conceito de agronegócio envolve os fornecedores de bens, insumos e serviços para a agricultura, os produtores rurais pequenos ou grandes, os processadores, máquinas e equipamentos, os transformadores de matérias primas e os distribuidores e todos os envolvidos na geração de fluxo dos produtos (MENDES, 2007).

Para pesquisadores da Universidade de Harvard, o conceito de agronegócio seria “a soma das operações de produção e de distribuição dos suplementos agrícolas, tanto das operações de produção nas unidades agrícolas, quanto do armazenamento, processamentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (GOLDBERG, 2014 p. 20).

Neste sentido, contemporaneamente, a agricultura não pode ser tratada separadamente dos agentes responsáveis pelas atividades que garantem a produção, distribuição, e também o consumo de alimentos (BATALHA, 2014). As atividades agrícolas são consideradas uma extensão dos agentes econômicos que vai desde a produção dos insumos, transformação e armazenagem.

Com essa introdução ao que hoje chamamos de agronegócio, somente na década de 1980 é que o termo “agribusiness” foi difundido e começaram a surgir os primeiros movimentos e associações para sua difusão e ampliação. O termo passou para agronegócio na década de 1990, sendo aceito nos livros e textos de jornais. O agronegócio, entendido como um complexo agropecuário e industrial depende de muitas condições externas, que geram incertezas e riscos, principalmente para os produtores rurais e essas incertezas variam de cada região, onde apresentam períodos de safra e entressafra, onde existem épocas de abundância de produtos e períodos com falta de produtos (ARAUJO, 2013). Estes períodos entressafras ocorrem devido aos alimentos serem de ciclos mais curtos ou mais longos. Nem todo o ano tem aipim, feijão, batata, por exemplo, então precisamos de alimentos que nesses períodos sejam substitutos aos que estão faltando.

Com estas oscilações surgem algumas implicações que Araujo (2013) cita-as da seguinte forma: variações de preços, onde são mais elevados na entressafra e mais baixos nos períodos de safra; necessidade de infraestrutura de estocagem e conservação. Também existem períodos de maior utilização de insumos e fatores de produção, características próprias de processamento e transformação das matérias primas; logística mais exigente e mais bem definida, sazonalidades nos empregos onde as receitas são concentradas em períodos curtos.

Para Araujo, (2013) os fatores biológicos como doenças e pragas também influenciam na produção agrícola. Muitas perdas são decorrentes de pragas e doenças, provocando

consequentes perdas nos produtos. Muitos outros fatores se relacionam ao agronegócio, para isso é necessário entender a visão sistêmica do agronegócio, para relacionar com seus componentes e aprimorar as estratégias de ação. A agricultura não pode ser vista em separado, como um setor isolado, pois é parte de um processo produtivo, de um sistema ligado ao agronegócio.

2.2 Visão Sistêmica do Agronegócio

Com os avanços e melhorias na tecnologia agrícola, o agronegócio fornece bases para a agricultura, indicando caminhos e orientando as necessidades do mercado, com propostas e incentivos aos agricultores que precisam saber quais decisões são importantes e precisam ser tomadas. O agronegócio visto como um sistema proporciona as condições necessárias a melhorias.

A compreensão do agronegócio em todos os seus componentes e inter-relações, são ferramentas indispensáveis a todos os tomadores de decisão, sejam autoridades públicas ou agentes econômicos privados, para que formulem políticas e estratégias com maior previsão e máxima eficiência (ARAUJO, 2013). Compreender o agronegócio como um sistema que engloba setores antes e dentro da porteira, decisões e iniciativas de mercado, tanto financeiro como comercial é de grande importância para as decisões serem obtidas com efetividade.

Com a modernização da agricultura e a inserção da mesma no sistema agroindustrial, não pode ser vista e entendida como um setor isolado. Para isso foram criados sistemas complementares que antecedem e dão sequência ao sistema agrícola. Nesse sentido é importante compreender o agronegócio dentro de uma visão de sistemas que engloba os setores chamados “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “após a porteira”, ou ainda significando a mesma coisa, “a montante da produção agropecuária”, “produção agropecuária propriamente dita” e “a jusante da produção agropecuária” (ARAUJO, 2013 p. 12).

Os setores “antes da porteira” ou a “montante da produção” são compostos basicamente pelos fornecedores de insumos e serviços, como: máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, corretivos, sementes, tecnologia e financiamentos (ARAUJO, 2013 p. 12).

Para Faria (2010) o setor “a montante” é onde se desenvolve a produção de insumos (sementes, fertilizantes, combustíveis, medicamentos, vacinas e outros), máquinas (tratores,

colheitadeiras, pulverizadores e outros) e equipamentos (arado, grades, cultivadores e outros), mais a prestação de serviços agrônômicos, veterinários, financeiros, marketing e outros.

O setor conhecido como antes da porteira, representa todos os envolvidos no processo de fornecimento de insumos e tecnologia para o produtor agropecuário, ou seja, a compra de materiais, de equipamentos e a prestação de serviços. A oferta de insumos e de equipamentos fazem parte de um conjunto de ações que resultam em melhores oportunidades de crescimento tanto para o agricultor como para os próprios fornecedores.

O setor “Dentro da porteira” ou “produção agropecuária” segundo Araujo (2013), é o conjunto de atividades desenvolvidas dentro das unidades produtivas (fazendas) que envolvem preparo e manejo de solos, tratos culturais, irrigação, colheita e criações. Esse setor dentro da porteira caracteriza-se pelo agricultor, ou pecuarista, seja ele pequeno, ou grande produtor que administra sua unidade produtiva. Para isso conta com a ajuda dos equipamentos, insumos e tecnologia fornecidos pelo setor a seu montante, proporcionando assim melhores produtos, maior quantidade e melhor qualidade na produção que a população irá consumir.

O setor “após a porteira” ou a “jusante da produção agropecuária” seriam as atividades de armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagens, distribuição, consumo de produtos alimentares e fibras (ARAUJO, 2013 p. 12). É neste onde estão inseridas as organizações complexas, encarregadas dos serviços de armazenamento, transporte, processamento, industrialização, distribuição nos centros de atacado e varejo (FARIA 2010). A jusante do agricultor encontra-se todos os responsáveis pelas tarefas de distribuição dos alimentos e produtos cultivados. Todos estes setores realizam serviços que se unem ao final, concretizando um sistema de incorporação e utilização. Os setores estão em um sistema onde cada setor é importante para o todo final.

Assim, o agronegócio abrange algumas funções que Araujo, (2013) descreve da seguinte maneira: Suprimentos à produção agropecuária; Produção agropecuária propriamente dita; Beneficiamento, processamento e transformação; Acondicionamento e armazenamento; Distribuição; Consumo; Serviços complementares (publicidade, bolsas de mercadorias, políticas públicas).

Trabalhos nessa concepção foram desenvolvidos por John Davis e Ray Goldberg, da Universidade Harvard, e publicados em 1957. Esses trabalhos foram aprofundados e, em 1968, Ray Goldberg, em estudos de casos (produtos agrícolas) específicos, apresentou a necessidade de entender o agronegócio em uma visão de Sistemas Agroindustriais,

introduzindo o conceito de Commodity System Approach (CSA), onde (ARAÚJO, 2013) cita-os como:

“todos os participantes envolvidos na produção, processamento e marketing de um produto específico. Inclui o suprimento das fazendas, as fazendas, operações de estocagens, processamento, atacado e varejo envolvidos em um fluxo desde a produção de insumos até o consumidor final. Inclui as instituições que afetam e coordenam os estágios sucessivos do fluxo do produto, tais como governo, associações e mercados futuros”.

Para Araujo (apud SHELMAN 1991) Sistema Agroalimentar “é o conjunto das atividades que concorrem à formação e à distribuição dos produtos alimentares e, em consequência, o cumprimento da função de alimentação”; e Sistema Agroindustrial Não Alimentar “é o conjunto das atividades que concorrem à obtenção de produtos oriundos da agropecuária, florestas e pesca não destinadas à alimentação, mas aos sistemas energéticos, madeireiro, couro e calçados, papel, papelão e têxtil”.

Essa percepção do agronegócio como sistema apresenta as seguintes vantagens: Compreensão melhor do funcionamento da atividade agropecuária; Aplicação imediata para a formulação de estratégias corporativas, vez que a operacionalização é simples e pode resultar em utilização imediata pelas corporações e governos; Precisão com que as tendências são antecipadas; Importância significativa e crescente do agronegócio, enquanto há declínio da participação relativa do produto agrícola comparado ao produto total (ARAÚJO, 2013, p. 14).

O agronegócio representa setores que interagem entre si e moldam os padrões agrícolas. A solidificação desse sistema beneficiou a sociedade como um todo e resultou num processo produtivo compartilhado em setores específicos “a montante” e “a jusante” do produtor rural, formando assim novas cadeias produtivas.

Entre os setores a montante e a jusante encontram-se também os órgãos de apoio e incentivos aos agricultores, como exemplo os sindicatos, entidades que defendem e dão suporte. Com isso, as partes do sistema vão sendo constituídas, onde cada elo é importante e desempenha papel de incentivo, apoio, garantindo que o sistema funcione de maneira correta, e que todos os que o constituem tenham seus principais objetivos alcançados.

2.3 Cadeias Produtivas

A análise de cadeias de produção é uma das ferramentas da escola de economia industrial. A mesma sintetiza e sistematiza em três elementos ligados a uma seguinte visão: a cadeia de produção é uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico (BATALHA apud MORVAN, 2014).

Ainda segundo o autor, cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante entre fornecedores e clientes. E por fim, a cadeia produtiva é um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram as articulações das operações (BATALHA, 2014).

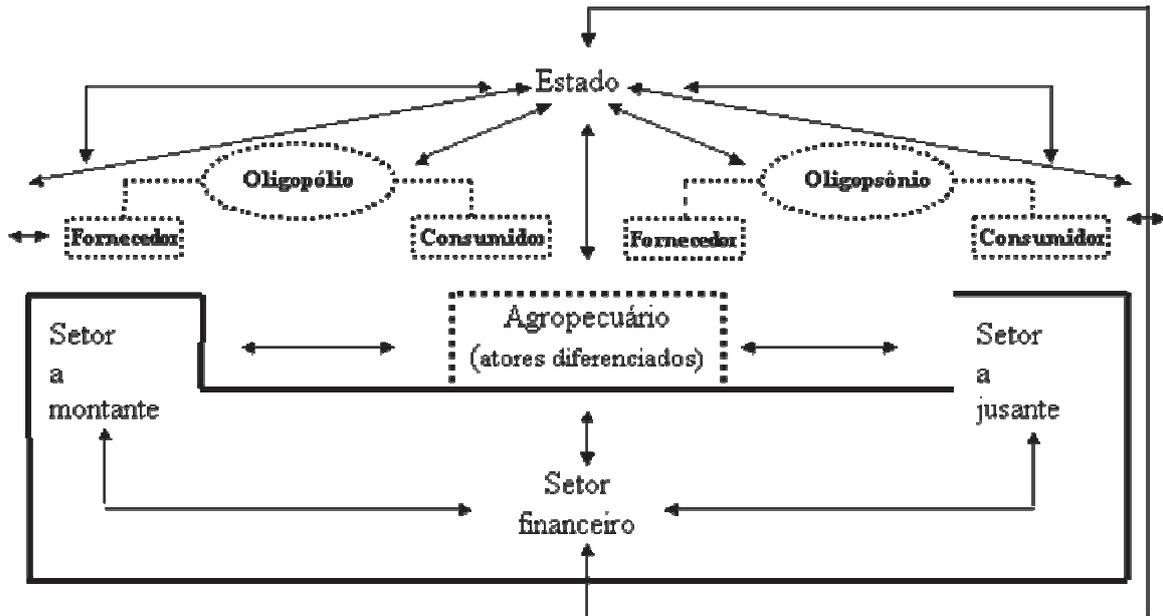
Uma cadeia produtiva se relaciona também com três macrossegmentos, o de comercialização, o de industrialização e o da produção de matérias primas. A lógica de encadeamento dessas três operações deve situar-se sempre a jusante a montante, ou seja, ligada aos fornecedores de matérias primas, fertilizantes e sementes e com os responsáveis pelo escoamento da produção, como as agroindústrias e os armazéns.

“O enfoque de cadeia produtiva provou sua utilidade, para organizar a análise e aumentar a compreensão dos complexos processos de produção e para se examinar o desempenho desses sistemas, determinarem gargalos, oportunidades não exploradas, processos produtivos, gerenciais e tecnológicos” (CASTRO; LIMA; CRISTO, 2002).

Ao incorporar na metodologia, alternativas para análise de diferentes dimensões de desempenho das cadeias produtivas ou de seus componentes individualmente, como a eficiência, qualidade, competitividade, sustentabilidade e a equidade, tornou-se capaz de abranger campos sociais, econômicos, biológicos, gerenciais, tecnológicos, o que ampliou possíveis aplicações desse enfoque para um grande número de profissionais e de instituições. Entre estas aplicações, aquelas relacionadas com a prospecção tecnológica e não tecnológica (CASTRO; LIMA; CRISTO, 2002).

Para CASTRO; LIMA; CRISTO (2002) podem-se mencionar aplicações na gestão das cadeias produtivas, no desenvolvimento setorial, na formulação de políticas públicas e na gestão de tecnologia. São exemplos dessas aplicações as seguintes: gestão da eficiência (produtividade e custos); gestão tecnológica; gestão da qualidade (diferenciação); gestão da sustentabilidade ambiental; gestão dos mercados e oportunidades (foco); gestão de contratos;

gestão da comunicação e da informação; conscientização de lideranças; melhoria da base de informações (bibliografia, sites, bases de dados); melhora da imagem e sustentabilidade institucional; geração de novas políticas públicas (fábrica do agricultor, defesa sanitária, capacitação para o agronegócio, apoio a agroindústria, desenvolvimento regional); fóruns e câmaras de negociação entre elos das cadeias produtivas.



Fonte: Alencar (2000, p. 79)

A figura 01 nos dá uma boa ideia como são estruturadas as cadeias produtivas do agronegócio. As mesmas constituem uma sucessão de ações que possuem grande influência em todo o conceito e âmbito do agronegócio. Uma cadeia produtiva está ligada a agricultura, fornecendo uma visão sistêmica e uma forma de mensurar todo o sistema para aproveitar ao máximo esses recursos para trazer melhorias e oportunidades.

Para Barbosa, (2011) primeiramente tem-se o setor a montante, que economicamente, pode ser representado com uma característica de oligopólio onde existem poucos vendedores para muitos compradores. Neste estilo de mercado os vendedores podem controlar o preço, pois existem poucas empresas no mercado, mas uma intensa interação entre as mesmas.

Já o setor jusante, segundo Barbosa, (2011) economicamente falando, tem características marcantes de um mercado de oligopsônio. O oligopsônio, inversamente ao oligopólio, é uma estrutura de mercado em que o número de compradores é pequeno, contra um grande número de fornecedores. Como exemplo podemos citar que em cidades do interior,

existem duas ou três empresas de laticínios que adquirem a maior parte do leite dos inúmeros produtores rurais locais.

O segmento atacadista compra do produtor e vende concorrencialmente ao varejista, cada agente atacadista maximiza seu lucro igualando preço de venda ao custo marginal, tendo em devida conta às reações que sua ação pode provocar em seus concorrentes, para vender ao varejista, o atacadista tem de encomendar ao produtor, o agente decide, pois, com base em informações disponíveis que espera que se mantenham o varejista vende concorrencialmente com ajuste instantâneo (BARBOSA, 2011).

O produtor rural inserido em uma cadeia produtiva está sujeito as características de um mercado de concorrência perfeita. O mesmo se caracteriza por uma situação de um mercado em que há grande número de ofertantes/vendedores de um determinado bem ou serviço e um grande número de compradores/consumidores, onde se utilizam diferentes instrumentos de negociação, tais como: preços, qualidade dos produtos, serviços pós-venda como exemplo o mercado do café, açúcar, petróleo (BARBOSA, 2011).

Para Barbosa, (2011) a agropecuária de uma forma geral se enquadra como um mercado de concorrência perfeita. De tal forma que nenhuma empresa consegue, por si só, ter influência sobre o preço do mercado. Uma empresa sozinha não consegue afetar a oferta do mercado nem, conseqüentemente afetarem o preço de equilíbrio.

No mercado de concorrência perfeita nem o comprador e nem o vendedor podem influenciar no preço do produto, no caso da soja, onde há um grande número de produtores, não tendo como diferenciar o seu produto dos demais, o resultado vai ser o mesmo: soja. Já o produto oligopolizado, industrializado pode ter diferencial por meio da marca, das funcionalidades e da tecnologia, podendo vir a ter maior lucro com seu produto (ALVES, 2013).

Segundo Alves (2013) as empresas fornecedoras de tecnologia de tem um poder de mercado maior, pois seus produtos podem ser diferenciados, como um trator mais potente ou um herbicida mais eficaz. O setor a jusante, no caso a agroindústria consegue comprar por um preço mais baixo, sendo que o mercado fornecedor é constituído por um número maior (produtores), que precisam se sujeitar ao preço do mercado para conseguir vender seus produtos (ALVES, 2013).

Após essa inserção do produtor rural no meio econômico, muitas adaptações precisaram ser feitas pelo agricultor para aumentar a produtividade de sua propriedade e conseguir manter-se no mercado. O agricultor foi “obrigado” a investir em tecnologia, adubos, sementes e defensivos agrícolas (ALVES, 2013).

Para Alves (2013) a necessidade de autofinanciamento agrícola surge da sua posição mercadológica. Em meio a setores mais poderosos a uma necessidade de recursos financeiros para custear a produção e os investimentos. Esse modelo é excludente onde o pequeno agricultor é o maior prejudicado.

2.4 Agricultura Familiar no Brasil

A agricultura familiar surgiu da necessidade de diferenciar os grandes agricultores dos pequenos agricultores. Muitos conceitos foram empregados ao agricultor, que passou do camponês, para pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência até chegar ao agricultor familiar de hoje, “entendido como aquele que planta e colhe produtos para sua subsistência diversificando seus produtos como fonte de geração de renda” (OLADE, 2015 p. 15). Assim, nas várias concepções que existem e que moldam os novos modelos agrícolas podemos dizer que “agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, p. 21).

A agricultura familiar, inserida no agronegócio, precisou se solidificar, se adequar aos novos e melhores caminhos que a tecnologia possibilitou. Portanto, a agricultura familiar vem se modernizando através da evolução e passagem do estilo de camponês simples, para o produtor rural moderno, que busca plantar e colher com melhores condições visando a melhoria da renda. “A partir dos anos 90 é que vêm sendo construídos novos conceitos e definições sobre o assunto através da criação das políticas públicas voltadas a este setor” (LIMA, 2005, p. 21).

A agricultura familiar sem dúvida passou por processos de transformações aos quais levou os agricultores a se adaptarem aos novos modelos que a sociedade exige e que lhes garante acompanhar as mudanças e enfrentar os desafios encontrados no trabalho. Suas características mudaram e com elas, o surgimento de uma visão progressista e transformadora aliada à conservação do meio ambiente.

Uma das características da agricultura familiar seria a junção entre trabalho e gestão, a direção dos seus produtos conduzidos pelos proprietários e principalmente a diversidade nas propriedades, fator chave na continuidade agrícola apoiada na geração de renda e qualidade dos produtos (FAO/INCRA, 1994). A diversidade da agricultura familiar entendida não só como peça chave do desenvolvimento de renda, mas também uma forma de proporcionar

maior multiplicidade alimentar para a sociedade. Como afirma Hugues Lamarche (1993) citado por Wanderley (2001 p. 25), “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”.

A agricultura sendo diversificada precisa ser analisada pelo setor econômico, ou seja, analisada sobre a sua produção, consumo, utilização de seus bens, equipamentos, insumos e mão de obra. Embora em sua grande maioria seja de pequena propriedade e consiga uma grande variedade e multiplicidade na sua produção é parte intimamente ligada ao agronegócio, representando um grande percentual econômico correspondendo hoje a 40% do PIB nacional, sendo um quarto da economia mundial (ANUARIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015).

Inserida na dinâmica produtiva do agronegócio a agricultura familiar procura sempre por melhores oportunidades de assentar seus produtos de maneira que favoreça o mercado e o próprio produtor. Para Abramovay (2007) a agricultura familiar realiza uma série de requisitos, dentre os quais prover alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade e reproduzir-se como uma forma social dedicada a construção de desenvolvimento rural.

Conseqüentemente, o agricultor mostra sua evolução de maneira gradativa, de um lado, influenciado e pressionado pelo agronegócio, por outro, apoiado e incentivado pelos poderes públicos através da criação de políticas sociais e econômicas. Essa complexidade pode ser caracterizada como um novo desenvolvimento do meio rural, um novo elemento de transformação. Para Schneider, o desenvolvimento rural representa um modelo da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de continuidade das unidades familiares que buscam sua reprodução. O modelo não é mais o do agricultor-empresário, mas o do agricultor-camponês que domina tecnologias toma decisões sobre o modo de produzir e trabalhar (SCHNEIDER, 2003).

Há ainda uma grande necessidade em construir uma agricultura familiar forte, com base no desenvolvimento sustentável considerando aspectos ambientais e sociais. Contando com a importante participação do agricultor na construção dessa proposta de produzir e cuidar do campo, para que sejam garantidas as gerações futuras um lugar de trabalho propício com condições para gerar alimentos saudáveis e com grande diversidade de produção. Esta teoria explicada por Schneider (2003) mostra a evolução socioeconômica, voltada ao bem-estar das famílias, onde o principal é a produção interna, para subsidiar sua família e os que dela dependem, pois encontram maior renda na produção de grãos e afins.

A diversificação nas propriedades segundo Blum (2001) garante a produção de três a seis atividades diferentes, incluindo culturas de verão, inverno, bovinocultura de leite,

suinocultura, avicultura, piscicultura entre outras, concentrando a mão de obra familiar, onde todos os que trabalham moram ali, na propriedade, que não ultrapassa 80,00 hectares.

O tamanho da propriedade da agricultura familiar é confirmado com base nos dados de elaboração da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, as rendas utilizadas na sua expedição, variam em função da quantidade de terras, e de suas atividades agrícolas. Um agricultor se enquadra nessa declaração se não ultrapassar a quantidade de 80 hectares de terra, se sua renda bruta anual for de R\$ 20.000,00 até R\$ 360.000,00 e em suas atividades agrícolas tenham o cultivo de grãos, leite, aves, suínos, gado de corte e outros produtos diversificados. Está classificação efetuou-se após a dedução de despesas, que no meio rural correspondem a 50% para produção de grãos e 70% na produção de leite e seus derivados.

Não somente a classificação de tamanho, essa renda garante o acesso aos Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar, também chamado de PRONAF calculado como a renda bruta anual, incluindo os agricultores nos programas de créditos facilitando a compra de máquinas, equipamentos, insumos, sementes, materiais necessários ao plantio e colheita dos produtos.

O PRONAF possibilitou aspecto que não se pode deixar de lado que é a produção com qualidade e com baixo custo. Pode-se citar como exemplo, a produção de leite, uma das mais utilizadas hoje por quem vive no meio rural. Segundo Mazoyer (1998) não se consegue uma superprodução por animal, mas já existem agricultores que conseguiram reduzir custos utilizando pasto, e através do uso de fitoterapias fabricadas por eles mesmos, chegando o custo final de não ultrapassar o valor de R\$ 0,15 por litro de leite.

Os produtores rurais inseridos dentro de cadeias produtivas do agronegócio constituem-se como o elo fraco. Entretanto ser forte ou ser fraco não é algo estrutural, depende da conjuntura. Inclusive os demais setores da cadeia de agronegócio também podem em algum momento, representarem o elo mais fraco, ou seja, o agronegócio tornou-se refém de seu próprio sucesso (CASTRO; LIMA; CRISTO, 2002).

A agricultura familiar é fundamental na expansão da produção dos alimentos, responsáveis pelo grande impulso econômico e também de diversificação alimentar, é peça chave de geração de renda, de qualidade de vida, de desenvolvimento regional e representa parte da população que fornece alimentos e produtos saudáveis, de forma sustentável e diversificada.

2.5 A “Multiprodução” da agricultura familiar e a garantia de produção de Alimentos Saudáveis

A adoção de um sistema de monoculturas para produção em grande escala, e a estruturação de um complexo industrial que para Queiroz (1973) seria a inserção da agricultura no processo de industrialização. De um lado, as indústrias que produzem máquinas e equipamentos e do outro, indústrias processadoras dos produtos da agricultura e da pecuária. “Essas noções em seu conjunto levaram a modernização da agricultura pelo canal da industrialização, aprofundando relações mercantis, com ênfase total ao uso da inovação tecnológica” (TEDESCO, 2001 p. 115).

Os agricultores estão diversificando mais suas propriedades com vistas a aumentar o seu espaço no mercado consumidor (NIEDERLE, SCHNEIDER 2007). Em meio ao cenário de constantes transformações, o agricultor familiar necessariamente precisa diversificar sua produção. Aquele que antes plantava somente a soja adapta-se e começa a plantar outros alimentos para garantir maior renda e lugar no mercado consumidor.

“A agricultura familiar possui uma racionalidade que é determinada pelo mercado e pela dinâmica interna de seu estabelecimento” (GAZOLLA, 2004, p. 55). Possuem uma lógica de reprodução da família, com a produção da sua alimentação, onde a produção é voltada primeiramente para suprir as necessidades da família. Produzem excedente como carne, suínos, milho, que são voltados para o mercado, criando assim um vínculo mercantil com a sociedade. Portanto, a maioria dos agricultores familiares de hoje produzem quantidades de excedentes que são comercializados.

Produzir diversificadamente é tarefa difícil, para conseguir vender, o produto precisa estar de acordo com uma série de critérios que o agricultor precisa cumprir. Com o passar dos anos os agricultores mostram um aumento expressivo de novas atividades produtivas e fontes de renda. A crescente diversificação tem sido responsável por incrementar a diversidade da agricultura familiar, consolidando, então, distintos “estilos de agricultura” (NIEDERLE, SCHNEIDER apud PLOEG, 2003).

Para Niederle, Schneider (2007) as transformações do mundo rural revelam elementos determinantes ao surgimento da diversificação. O fenômeno parece estar diretamente relacionado à nova configuração do espaço rural que se processa em decorrência da crescente mercantilização, a qual se estende a um vasto conjunto de esferas da vida econômica e social atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem valores comerciais que passam a regular o conjunto das estratégias desenvolvidas pelos agricultores.

A diversificação produtiva proporciona maiores ganhos financeiros auxiliando para permanecer no campo. Uma atividade somente não garante maiores oportunidades, o mercado é exigente, precisa-se produzir com qualidade, com variedade e com preço baixo. É extremamente necessária a multiproductividade no meio rural para que também todos os membros da família possam estar inseridos totalmente na atividade agrícola.

Para Niederle, Schneider (2007) o que determina se a unidade familiar de produção caminha em um ou outro sentido é o conjunto de estratégias que este articula. As estratégias relacionam-se às mudanças nos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo, reprodução do grupo familiar, e mesmo ao universo de relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência aos mercados. Numa via pode ser colocado em curso um processo de inserção no regime de produção predominante, sustentado pelo paradigma da modernização.

Assim novos estilos de agricultura têm emergido da capacidade de resistência contida dentro da agricultura familiar, onde “os agricultores usam a flexibilidade do processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas coerentes para o projeto dominante de modernização” (NIEDERLE, SCHNEIDER 2007).

Em 2014, segundo dados do anuário brasileiro da agricultura familiar, 83% da produção de mandioca eram de responsabilidade da agricultura familiar, bem como de 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 14% da soja. Ainda representa 58% da produção de leite, 50% de aves, 59% de suínos e 30% de bovinos. A agricultura familiar é importante fornecedora de proteína animal (ANUARIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015).

Outro grande fator, responsável pela permanência das famílias no campo é a produção de leite. Em 2014, segundo o Anuário (2015), as indústrias adquiriram 6, 267 bilhões de litros de leite de agricultores em todo o país. A produção agroecológica vem apresentando aumento, onde são 1,5 milhões de hectares no país com a produção de inúmeras culturas, sendo algumas até exportáveis. De acordo com a professora agrônoma, doutora da UPF, Claudia Petry, a primeira vantagem em produzir de forma agroecológica é reduzir a contaminação ambiental, principalmente dos recursos hídricos (ANUARIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015).

A agricultura familiar é responsável por 30% da produção no país, o que envolve 70% dos produtores. “O dono da terra e aqueles que estão produzindo tem a oportunidade de não ir para as cidades em busca de empregos, produzindo em suas propriedades estando assim em

uma situação confortável financeiramente” (ANUARIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015).

Para tantos processos e transformações é necessária uma ampliação das políticas públicas que fortalecem os caminhos da agricultura familiar. Também aliadas a essas políticas, o apoio do sindicato, órgão que defende e trabalha por melhorias e oportunidades, de forma organizativa para que se consigam maiores avanços democráticos e na geração de renda, através da produção agrícola.

2.6 O sindicalismo no Brasil

A estrutura sindical que existe hoje foi antecedida por uma série de lutas quando o desenvolvimento do capitalismo e o anarco-sindicalismo marcaram um processo de transformação da sociedade. Lima (1998) descreve que essas lutas definiram os caminhos do sindicalismo, onde o comunismo e o governo da época passaram a atender as reivindicações da burguesia. Elaboraram então leis e reformas, nascendo à estrutura que constitui os movimentos sindicais brasileiros, meio intermediário entre o estado e o governo.

Como exemplo, podemos citar a criação do salário mínimo e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943, e a criação dos primeiros institutos de previdência social que fizeram com que os trabalhadores sentissem uma vontade em reconhecer o esforço dos que lutavam pelos seus direitos e também a percepção de que as lutas possuíam significado.

Segundo Lima (1998) o governo estimulava o sindicalismo. Quando reconhecia a criação de um sindicato aproveitava para dizer que “o sindicato é a tua casa”, mas que na verdade o que prevalecia lá dentro era a orientação governamental. Essa falsa propaganda levou os trabalhadores a continuarem lutando.

Os sindicatos surgiram e tiveram seus espaços reconhecidos pela garantia que passavam ao trabalhador de que os seus direitos trabalhistas e sociais iriam ser reconhecidos e cumpridos, propondo assim melhorias de condições e incentivos (LIMA 1998, p. 16). Conforme Martins (1989) o sindicato apareceu como o órgão mediador entre o trabalho e o capital, com função de representação das categorias profissionais junto ao governo. E o dirigente sindical como o responsável pela organização burocrática e administração geral do sindicato.

Juntamente com o sindicalismo nas cidades nascia o sindicalismo que iria marcar os avanços e conquistas na agricultura. Para a Fetraf/Sul (2005) um modelo proposto a romper com a estrutura velha corporativa e assistencialista do governo Getúlio Vargas, início de toda a constituição sindical.

As organizações, ponto chave de todo o sindicalismo surgem para compreender a sociedade e para dar início aos processos de melhoria e inclusão de uma classe trabalhadora fundamental e com desejos de progresso e transformação. Na visão da Fetraf/Sul (2005) com a criação dos primeiros sindicatos rurais, foi orientada uma consecução de oportunidades de um desenvolvimento maior, onde líderes buscavam alcançar propostas que indicasse mudanças na vida das famílias que esperam do trabalho no campo, uma vida de qualidade e de permanência.

O movimento social, como é também chamado o sindicalismo, ganhou espaço com o êxodo rural provocado pela modernização. Segundo a Fetraf/Sul (2005), a força do ator social, ou seja, aquele que luta por mudanças, e modifica o meio material onde está, buscando modificar a divisão do trabalho, a maneira como são tomadas as decisões e as diversas orientações culturais a qual está acostumado. Então, segundo a Fetraf/Sul (2005), não é qualquer ação coletiva que é considerada um movimento social. Movimentos sociais são aqueles atos coletivos e as lutas sociais que buscam transformar a sociedade, suas formas de organização econômica, social e cultural.

Os agricultores familiares buscavam por maiores direitos e para isso precisavam de pessoas que os representassem. Assim foram surgindo lideranças que foram fundamentais nas lutas sindicais e na busca por direitos. “Os direitos dos agricultores precisavam ser garantidos. Não possuíam perspectivas de avanços, pois não lhes ofereciam condições de melhorias e nada era feito para que todos tivessem acesso aos programas políticos que pouco existia” (DESER, 2015 p. 17).

A agricultura familiar incorporada em um setor dinâmico vem sofrendo inúmeros processos de transformações e necessitava de apoio para se fortalecer. Tavares (2015) explica que a criação de um órgão de representação, os sindicatos rurais do passado, agora estão voltados especificamente para os trabalhadores na agricultura familiar. Os dirigentes, líderes sociais que representam a classe vão à busca de políticas de apoio, de programas de incentivo a permanência no campo. “Foi através das mobilizações, uma grande característica dos movimentos sindicais que hoje, a agricultura familiar faz parte do plano de metas e investimentos do governo federal” (TAVARES, 2015 p. 15).

É papel dos sindicatos apoiarem e buscarem qualificação para as famílias que produzem e são responsáveis pelas atividades alimentares. Através dos valores como dignidade, cidadania, qualidade de vida, buscar a participação mais intensa das mulheres, símbolos de avanços democráticos e fortalecimento da agricultura.

Assim com a ajuda, proteção e representação sindical, a agricultura familiar transformou-se em um dos segmentos de maior importância para a sociedade e para a economia. Sinônimo de desenvolvimento local. Segundo dados do Fetraf/sul (2015) é responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. O setor engloba 4,3 milhões de unidades produtivas. São 14 milhões de pessoas ocupadas, contemplando muitos projetos municipais, principalmente os projetos de diversificação na produção.

Para os sindicatos são exigidas capacidades maiores de avanços na construção de propostas alternativas que apontem para o fortalecimento da agricultura familiar como ator social. Os grupos de produção e cooperação, os grupos de jovens, de mulheres são bem sucedidos em nível local, porém a uma visão até certo ponto equivocada de que os sindicatos são somente um órgão de apoio a estes grupos. Por isso são criados projetos de desenvolvimento e garantia de políticas públicas municipais que vêm sendo reconhecidas e ganhando maior força a partir da ampliação e do fortalecimento dos sindicatos (DESER, 2015 p. 15).

Com o fortalecimento dos sindicatos, “a agricultura familiar pôde atuar como um ator central no novo plano de organização socioeconômica para o desenvolvimento sustentável e solidário do país”. Tem um grande potencial de geração de trabalho e renda, bem como de “estimular a dinamização das economias locais, o que contribui para assegurar um desenvolvimento equilibrado entre municípios e regiões” (FETRAF/SUL 2005, p. 46). Além dos resultados econômicos específicos, “contribui para a manutenção da diversidade cultural, da biodiversidade, como também possui grande potencial de preservação dos recursos naturais” (FETRAF/SUL 2005, p. 47).

Os sindicatos avançam na democracia e na relação social ampliando o reconhecimento político e social da categoria. “A organização sindical tem papel importante na estratégia e busca de projetos para inserção na comunidade. (FETRAF/SUL 2005, p. 47). Para tanto é necessária a construção do sindicalismo baseada em princípios de liberdade e de autonomia, onde se garanta que a sociedade aceite os trabalhadores agrícolas e que eles tenham plena autonomia na elaboração de suas estratégias e na condução de suas ações voltadas a melhorias e avanços econômicos e sociais (FETRAF/SUL 2005).

Como afirma Silva (2001), o percentual de sindicalizados ainda é muito baixo. Dados mostram que a taxa não chega a 15% de pessoas que vêm no sindicato a perspectiva de avanços, por enxergarem somente a questão financeira a que precisam contribuir. “O agricultor acaba se afastando do meio sindical, amarrado apenas por uma indesejável contribuição sindical compulsória. E, por não diferenciar, pois muitas vezes, não lhe foram oferecidas condições para isso” (SILVA, 2001 p. 77).

Por isso a necessidade de se fortalecer os caminhos sindicais, onde o agricultor consiga perceber a diferença que a sua participação irá proporcionar e o quanto importante é a continuação do sindicato, tanto para ele, sua família, e para a sociedade. Segundo a Fetraf/Sul (2005), isso seria possível se todos se envolvessem e ajudassem a “construir relações entre o campo e a cidade e, participar efetivamente da construção e fortalecimento da agricultura” (FETRAF/SUL, 2005 p. 47).

Os sindicatos possuem função de condutores dos processos na construção de um novo modelo de desenvolvimento, e também na organização da classe agrícola. Somente serão fortes o suficiente quando todos os envolvidos perceberem a importância e atuação dos mesmos na sociedade e em benefício dela. Quando isso for percebido pelos agricultores, as bases sindicais serão mais unidas e os projetos terão mais favorecimento pelas autoridades públicas.

Com a criação da central única dos trabalhadores CUT, que a maioria dos sindicatos são filiados, ganhou-se mais força e reconhecimento. Houve também criação das federações, que são órgãos que atuam diretamente com o governo, e por isso representam mais força ao movimento sindical. Entre essas federações podemos citar a Fetraf/Sul e Fetraf/RS como importantes órgãos de representação. (SINTRAF, 2015)

2.7 O sindicalismo na agricultura familiar

O surgimento dos agricultores familiares como personagens políticos é recente na história brasileira. Nas duas últimas décadas, vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos onde foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, em 1995), secretarias de governo para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura

Familiar criada em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1998) (PICOLOTTO, 2014).

Promulgou-se a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006) que conferiu oficialmente a agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a planejar e estabilizar a identidade política de agricultor familiar como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar FETRAF, criada em 2001 (PICOLOTTO, 2014).

A edificação sociopolítica que a categoria alcançou segundo Picolotto, (2014) é resultado de um conjunto de esforços realizados pelas organizações sindicais de trabalhadores rurais, setores acadêmicos e órgãos do Estado (em colaboração com organismos internacionais). Se de um lado, o debate acadêmico sobre a agricultura familiar (Abramovay, 1992/1998; Veiga, 1991; Lamarche, 1993; Wanderley, 1996, Schneider, 2003, entre outros) e os trabalhos de cooperação técnica FAO/INCRA (1994 e 2000) foram grandes impulsionadores de uma nova maneira de olhar para os segmentos secundários na agricultura e para a definição de políticas públicas para este público, por outro, a atuação e representação das organizações sindicais e suas elaborações sobre a Lei Agrícola (1991) e o projeto alternativo de desenvolvimento rural (1993), ao mesmo tempo em que as pressões realizadas pelos Gritos da Terra Brasil (1994) por políticas públicas diferenciadas, contribuíram para que os pesquisadores formassem as amostras teóricas e para pressionar o Estado a formular pensar as políticas públicas.

Estas informações, essa complementaridade entre pesquisas acadêmicas, de agências estatais e internacionais e as ações de reivindicação e proposição do sindicalismo, propiciou que fosse colocado no centro do debate sobre políticas públicas para o campo, o agricultor familiar (PICOLOTTO, 2014). O sindicalismo dos trabalhadores rurais foi organizado na disposição de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) ao nível dos municípios, nas Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) nos estados e na CONTAG, órgão sindical superior em nível nacional (PICOLOTTO, 2014).

Como a legislação foi montada em cima do princípio da unicidade sindical, toda a diversidade de grupos sociais e de circunstâncias de trabalho rural foi enquadrada na categoria trabalhador rural sejam eles assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros (Picolotto apud Medeiros, 1995; Novaes, 1997). Na região Sul mesmo que existam algumas modificações de origem nos estados após o golpe civil-militar de 1964 todas as FETAGs da região foram influenciadas por organismos católicos (como a Frente Agrária Gaúcha e a Frente Agrária Paranaense) criados para orientar os trabalhadores rurais de forma ordeira,

respeitando a legislação e em colaboração com o Estado na busca de melhor inserção econômica e melhoria das condições de vida no campo.

Nesta perspectiva, as Federações tiveram papel importante no processo de modernização da agricultura entre os pequenos produtores da região e na prestação de serviços assistenciais de saúde e previdência social aos trabalhadores rurais (pequenos produtores e assalariados), mantendo uma postura de colaboração com os órgãos do Estado. Esta postura passaria a ser fortemente criticada a partir do final de década de 1970, quando começaram a se formar novos atores questionadores das consequências das políticas de modernização agrícola, da concentração de terras no país, do modelo energético e da falta de direitos (PICOLOTTO, 2014).

Apoiado pelos setores progressistas da Igreja Católica e Luterana (ligados à Teologia da Libertação) foi formado, na década de 1980, o sindicalismo rural identificado com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Juntos, estes atores, que tinham forte expressão nos três estados do Sul, deram início ao embrião de uma organização interestadual com a formação da Articulação Sindical Sul em 1984. Tratava-se de uma articulação de oposição ao sindicalismo da CONTAG e as suas federações nos estados (PICOLOTTO, 2014).

A partir do final de 1988, sob a guarida da CUT, esta proposta organizativa ganharia maior corpo com a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e dos Departamentos Estaduais (DETRs) da CUT. Tratava-se de uma estrutura sindical paralela à CONTAG. Seguindo a perspectiva sindical da CUT, o DNTR se formava com base em uma postura crítica à unicidade sindical (sistema sindical unificado por categoria profissional ou econômica), à cobrança de impostos e contribuições sindicais obrigatórias e à necessidade de reconhecimento das organizações sindicais pelo Estado, elementos que sustentavam a estrutura sindical brasileira. Entretanto, a postura do sindicalismo rural da CUT mostrava-se ambígua no início da década de 1990. Ao mesmo tempo em que se propunha a construir o DNTR como uma organização sindical paralela à CONTAG, mantinha a tática de conquistar estruturas sindicais existentes e, em muitos locais, os cutistas dirigiam estruturas (STRs e FETAGs) vinculadas ao sistema CONTAG (PICOLOTTO apud Favareto, 2006).

No âmbito sindical, ainda que a unificação na CONTAG tenha propiciado conquistas importantes, como o PRONAF e a elaboração do projeto alternativo de desenvolvimento, outras propostas cutistas não tiveram a mesma acolhida provocando divergências nos anos seguintes. Dentre as principais, estiveram as propostas de mudanças na estrutura sindical

como a adoção do pluralismo sindical e a flexibilização das formas organização de sindical base – que não foram aceitas na CONTAG em nome da unicidade. Essas divergências mostram que apesar de ter ocorrido um processo de unificação formal do sindicalismo continuavam existindo grandes diferenças políticas no seu interior (PICOLOTTO, 2014).

Para Picolotto, (2014) o processo de construção dos agricultores familiares como personagens sociopolíticos na região Sul contou com uma série de iniciativas do sindicalismo. A partir de 1996 começaram a ser construídas ações de animação de base e eventos massivos de debate e organização dos agricultores familiares. O início desse trabalho ocorreu com a construção do Mutirão de Animação de Base realizado entre 1996 e 1997 pelo Fórum Sul dos Rurais com apoio da Escola Sindical Sul da CUT e do Departamento Sindical de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER).

Para (Picolotto apud Favareto 2004, p. 82), o conceito de desenvolvimento local remete à geração e ampliação das oportunidades reais das populações presentes nos processos democráticos, “consustanciados no estímulo ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas e sociais de um território”. Existem atualmente pelo menos duas abordagens distintas no que se refere ao desenvolvimento local, uma de cunho predominantemente econômico e outra mais referida a questões sociais.

A primeira, mais pragmática, volta sua ênfase à compreensão do fomento às vantagens comparativas, no sentido de obter melhores posições no mercado para o município, distrito ou região, “aprofundando a competitividade interurbana”. Já a segunda, denominada de “vertente social”, não busca exclusivamente a promoção do local como um negócio rentável (SILVA, DIAS, 2009).

2.8 O sindicalismo em Ibiacá

No município de Ibiacá muitos agricultores viram que havia uma grande necessidade de existir uma entidade que os representa-se e lutasse para melhores oportunidades. Com isso criou-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e que também passou por alterações sendo agora SINTRAF, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ibiacá (SINTRAF, 2015).

O SINTRAF, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ibiacá, pessoa jurídica, de caráter associativo, possui o seguinte histórico: A criação do sindicato de Ibiacá

foi em 08 de abril de 1967 onde agricultores realizaram uma reunião para início das discussões acerca da criação da entidade. Agricultores tomaram frente e se reuniram em Assembléia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiacá, STR com aprovação do 1º estatuto, eleição da diretoria provisória, aprovação da filiação do Sindicato na Federação dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul e a partir deste momento foi organizado e dado início aos trabalhos representando a categoria na busca de seus direitos e melhorias (SINTRAF, 2015).

O SINTRAF é uma organização sindical de agricultores familiares associativa de caráter classista, autônoma e democrática, pois os fundamentos são caracterizados pelo compromisso em defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores na Agricultura Familiar na luta por melhores condições de vida e trabalho. Pela permanência do homem no campo pela construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidarizando-se com os interesses históricos da classe trabalhadora (SINTRAF, 2015).

O SINTRAF de Ibiacá busca na organização sindical da Agricultura Familiar dentro de uma perspectiva classista e transformadora do modelo agrícola através da luta dos trabalhadores familiares atuar conjuntamente com outras entidades sindicais reunidas com outras organizações e movimentos sociais que lutam pela construção de uma sociedade justa e democrática tendo a agricultura familiar como base de implantação de um novo modelo tecnológico de desenvolvimento rural sustentável com produção de qualidade que aumente a renda e preserve o meio ambiente (SINTRAF, 2015).

Dentre os serviços prestados podemos destacar alguns identificados como importantes para o agricultor: Tem-se uma parceria com a COOPERHAF - Cooperativa Regional de Habitação da Agricultura Familiar - onde é feito o encaminhamento para a construção de casa própria ou reforma, financiada através da Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil. Os agricultores recebem quase que a totalidade do valor gasto para construir ou reformar, o mesmo varia em função de sua renda que é calculada através da DAP. Cada grupo devolve ao governo uma porcentagem referente ao valor total, onde, por exemplo, no grupo G1 que é o grupo de agricultores com menor renda este valor é 4% parcelado em quatro vezes. O sindicato colabora de forma decisiva nestes projetos, é no sindicato que toda a questão burocrática e o acompanhamento das obras são feitos.

Realiza-se o custeio de lavoura, em convenio com o Banco do Brasil, onde o agricultor financia a planta e paga juros mais baixos através da política pública PRONAF. Este custeio é feito através de uma proposta de financiamento onde o agricultor financia a quantidade de

hectares que vai plantar. Nesta proposta são solicitados documentos como análise de solo, croqui indicando onde é a propriedade e também matrícula do imóvel rural.

Também é feito o cadastro da previdência, onde habilitamos o agricultor para futuramente ter acesso a benefícios sociais como aposentadorias e auxílios doenças. Este cadastro solicita documentos que comprovem que o agricultor está na propriedade, como o ITR, o INCRA, um comprovante de residência e documentos pessoais.

O sindicato vem firmando convenio com o IFRS campus Sertão onde através do PRONATEC já foram formadas duas turmas que buscaram mais conhecimento para pôr em prática e melhorar a propriedade. Os cursos são gratuitos e são ministrados por professores reconhecidos, com os cursos os agricultores percebem a importância de ter o conhecimento para aprimorar suas atividades agrícolas.

O Cadastro Ambiental Rural está sendo feito e vai mostrar a área de preservação que o agricultor possui. Dentre os serviços, também o ITR – Imposto Territorial Rural - que o agricultor paga uma vez ao ano. Também emissão de INCRA, e este ano houve capacitação ao Credito Fundiário, programa que permite que o agricultor adquira área de terra e que o pagamento seja iniciado depois de cinco anos, ou seja, ele vai financiado pelo Banco da Terra e iniciar o pagamento após com juros baixos.

As declarações de atividade rural já beneficiaram vários agricultores com averbação do tempo em que trabalharam na atividade rural. Esta declaração exige documentos comprobatórios do período ao qual está se averbando. Com estes documentos a declaração juntamente com outro tipo de contribuição possibilita o recebimento de benefício social.

É realizada a distribuição de sementes de aveia de inverno, de aveia de verão, juntamente com sementes de milho, onde o agricultor pega para plantar na época de plantio e paga meses depois, pelo programa de troca troca do governo estadual.

O coletivo de mulheres e a Pastoral da Saúde consistem em um grupo de mulheres agricultoras que se reúnem semanalmente para discutir as viabilidades e programas que existem para elas. A pastoral possui sede e elas fabricam medicamentos feitos a partir de ervas de próprio cultivo. Fazem cursos de especialização para aprimoramento dos medicamentos, que são bastante vendidos na cidade.

Agora em parceria com o CETAP – Centro de Tecnologia de Alternativas Populares como a agricultura ecológica - aproximadamente 40 famílias estão recebendo assistência técnica através de visitas mensais nas propriedades, onde se ajuda os agricultores a pensarem soluções para aproveitarem melhor a produção, com aproveitamento das frutas, legumes, verduras para gerar mais renda e benefícios para as famílias.

O sindicato teve muita importância nos processos previdenciários que ocorreram. Foi através da luta sindical que a aposentadoria rural hoje é para as mulheres com 55 anos e para os homens com 60. Com isso a definição de segurado especial (agricultor) é apresentada a seguir. “O Segurado Especial é a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgado, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (I) agropecuária; (II) seringueiro ou extrativista vegetal; (III) pescador artesanal. Também são segurados especiais os respectivos cônjuges ou companheiros desses trabalhadores rurais, afora seus filhos maiores de dezesseis anos ou ale equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo (ORSANO, 2010).

O sindicato é referência para os agricultores, onde vêm na entidade uma esperança e incentivo de modificarem a sociedade, através de ações e melhorias ambientais. O sindicato é o grande aliado dos agricultores, e assim com a participação de todos e com a criação de incentivos governamentais como políticas públicas que será possível a manutenção das famílias em suas propriedades.

2.9 Da criação das primeiras políticas públicas de crédito rural à criação do PRONAF

A política de crédito rural no Brasil foi o instrumento de incentivo à modernização ocorrida em meados dos anos de 1960. Algumas leis encaminhadas pelo Poder Executivo durante o Regime Militar (1964 a 1985) deram suporte ao processo de modernização da agricultura brasileira (BIANCHINI, 2015).

Segundo Bianchini, (2015) podemos destacar a Lei do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964, que regula os direitos e as obrigações dos proprietários de imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária e para a promoção da Política Agrícola. Na Política Agrícola o Estatuto da Terra deu base para um conjunto de outras Leis. Uma lei especial instituiu um Sistema Nacional de Crédito Rural (Lei n.º 4.829 de 5/11/1965) para financiar não só a modernização da agricultura, mas também a consolidação de complexos agroindustriais (CAIs) e um forte sistema cooperativo (BIANCHINI, 2015).

“Entre 1970 e 1980 os volumes de recursos destinados ao crédito rural foram crescentes, atingindo US\$20,4 bilhões em 1979. Apesar da política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento, o crédito rural foi seletivo priorizando a Macrorregião Centro Sul, as commodities e um seleto grupo de agricultores” (BIANCHINI, 2015 p. 16). A exclusão se dava por diferentes níveis de procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras.

As concessões de crédito favoreciam as commodities ligadas ao complexo agroindustrial, e ao setor agroexportador, as transações de maior volume e de menor custo administrativo, com uma centralidade na agricultura do Centro Sul. O crédito também privilegiou culturas de mercado interno como o trigo, a avicultura e o leite (BIANCHINI, 2015).

“Com isso, nesse período, aproximadamente 70% dos estabelecimentos agropecuários não tiveram acesso ao crédito subsidiado. Em contrapartida 1% dos tomadores de crédito, em torno de 15 mil grandes produtores, receberam nesse período 40% do total de recursos” (BIANCHINI apud BITTENCOURT, 2003). Desses contratos, 80% eram destinados aos pequenos agricultores que respondiam por apenas 20% dos recursos destinados ao crédito.

Os anos 90 foram marcados pela modificação radical da estratégia econômica brasileira. Houve uma abertura econômica em aspectos comerciais, tecnológicos, financeiros e de investimentos, com uma maior inserção na economia internacional. As tarifas de importação, de modo geral, reduziram-se substancialmente (BIANCHINI, 2015).

Ocorreram mudanças na política cambial que facilitaram as importações e o aumento dos investimentos internacionais nas principais cadeias agroindustriais, em função de uma diferença entre as taxas de juros interna e externa junto a uma restrição de crédito no mercado interno, reduzindo a participação de cooperativas nas agroindústrias e ampliando a participação de empresas privadas. Um dos exemplos foi à cadeia do leite (BIANCHINI, 2015).

Nesse cenário, os grandes grupos de interesse abriram mão de seus objetivos para a construção de um novo marco para o setor agropecuário: por um lado, as instituições que representavam as grandes propriedades rurais e os interesses do capital na agricultura e, por outro, as instituições que defendiam políticas diferenciadas para a pequena agricultura, como os sindicatos e associações, buscavam a consolidação da reforma agrária, a ampliação dos direitos dos trabalhadores rurais e um modelo de agricultura mais sustentável (BIANCHINI, 2015).

Em 1994, fruto das diversas mobilizações organizadas pelos agricultores familiares, conhecidas como “Grito da Terra Brasil”, criou-se o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) e na sequência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Instituído pela Resolução 2101, de 24 de agosto de 1994, onde estabeleceu as normas de crédito rural de custeio do PROVAPE, apresentando alguns critérios para caracterizar pequenos produtores rurais onde: área de até 04 Módulos Fiscais, 80% da renda bruta com origem na agricultura e não ter empregados permanentes. A taxa de juros definida foi de 4% ao ano. Os créditos teriam que ser apresentados em grupos de até 20 agricultores, formalizando-se, no entanto, contratações individuais. (BIANCHINI, 2015).

Os agricultores familiares ganhavam um importante apoio e incentivo: O PRONAF. Com início do ano de 1995, o PRONAF veio para atender os agricultores na obtenção de recursos com juros mais baixos. Surgiu numa época na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores. O PRONAF desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra (GUANZIROLI, 2007).

Para GUANZIROLI, (2007) a totalidade dos subprogramas do PRONAF adotou, desde o início, uma política de remuneração bastante branda e com alto percentual de assistência. A fixação da taxa de juros preferencial, subsidiada ou não, bem como o estabelecimento de outras condições especiais de pagamento e operação do crédito, tem várias justificativas e aspectos que merecem ser considerados.

O argumento central segundo GUANZIROLI (2007) era que os produtores familiares, descapitalizados e com pouca produtividade, não estariam em condições de tomar recursos a taxas de mercado para realizar os investimentos em modernização e elevação da produtividade. “Na etapa inicial do processo de acumulação, seus investimentos não seriam rentáveis nem viáveis se avaliados pela taxa de juros de mercado; seus rendimentos também não seriam compatíveis nem suficientes para reembolsar empréstimos tomados em condições comerciais” (GUANZIROLI, 2007).

Através da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP - que o agricultor acessa financiamentos e define sua linha de crédito nos agentes bancários. A DAP é fornecida pelo sindicato e Emater, instituições credenciadas ao MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário, entidade responsável pelas Declarações e também fiscalizador do PRONAF. Segundo Bianchini, (2015) a Resolução do BACEN 2191 de 24 de agosto de 1995 institui o crédito

rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e definiu os seguintes critérios para a elaboração da Declaração de Aptidão (DAP) onde o agricultor:

- a) Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- b) Não mantenha empregado permanente. Sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;
- c) Não detenha a qualquer título, área superior a quatro Módulos Fiscais;
- d) No mínimo, 80% de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária ou extrativa;
- e) Resida na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos.

Esses critérios já eram amplamente debatidos pelos trabalhos de pesquisa do Convênio FAO-INCRA, por estudos da Academia e por ONGs como o DESER, que assessoravam o Movimento Sindical (BIANCHINI, 2015). A Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar é um documento que habilita o agricultor como agricultor familiar, beneficiário do PRONAF. Na sequência um conjunto de outras políticas passou a exigir a DAP para que o agricultor familiar se beneficiasse dessas políticas. Essa declaração é autodeclaratória. O PRONAF representa para os agricultores a modernização em suas propriedades e a consecução de suas atividades agrícolas, oferecendo o que vinham buscando há anos: incentivos financeiros, oportunidades e projetos de crescimento e expansão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Este capítulo objetiva descrever as técnicas utilizadas durante a realização do estudo. Para a realização de qualquer trabalho científico é necessário promover o confronto entre os dados, as evidências e as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito do mesmo (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Então é necessário um método, uma metodologia para abordar o assunto. Nesse sentido, segundo Gehardt e Silveira (2009, p. 11) “metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa”.

Portanto essa sessão do trabalho procura enquadrar os procedimentos técnicos e metodológicos do presente estudo. Na primeira será exposto o delineamento da pesquisa, posteriormente no segundo item tem-se o universo da pesquisa, em seguida no item três encontra-se o procedimento técnico, e finalmente a forma de obtenção e operacionalização dos dados são contempladas na quinta parte.

3.1 Delineamento da pesquisa

O estudo em questão será uma pesquisa aplicada, com utilização da teoria econômica e administrativa. Utilizando para análise proposta a abordagem quantitativa, descritiva, somando-se a isso a utilização de pesquisa bibliográfica na área.

A pesquisa descritiva será utilizada visando o objetivo de determinar certas características de uma população específica e estabelecer relações entre variáveis estudadas.

A presente pesquisa será constituída de duas partes distintas, mas complementares. Na primeira parte será feito um levantamento teórico a respeito do tema e na segunda parte a análise dos dados relativos ao sindicalismo rural no Município de Ibiacá.

Trata-se de um estudo baseado em dados primários e secundários para analisar a relevância do sindicalismo rural, para a agricultura familiar no Município de Ibiacá. Quanto à técnica de pesquisa utilizada será a de pesquisa bibliográfica, levando em consideração as etapas da mesma, com a função de explicitar os dados obtidos em livros, periódicos e internet, a fim de contribuir para a construção do referencial teórico. Outra técnica utilizada será a de levantamento, que possibilitará a análise dos dados coletados.

3.2 Universo de Pesquisa

A população do estudo é constituída por associados do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ibiacá. Essa população alvo foi escolhida por se tratar de um estudo descritivo sobre o agricultor familiar e sua participação no sindicato, independentemente de sua condição social e situação socioeconômica.

A amostra selecionada é uma amostra do tipo probabilística com a seleção aleatória dos elementos amostrais, de tal modo que cada indivíduo da população tem uma mesma probabilidade de fazer parte da amostra. Dentro da amostra probabilística, o estudo baseia-se em uma Amostragem Aleatória Simples. Método que tem como princípio fundamental que todos os membros de uma população têm a mesma probabilidade de serem incluídos na amostra.

Para o cálculo da amostra utilizou-se o método desenvolvido por Barbetta (2001), que divide a população em dois tipos: população alvo e população acessível. População Alvo é o conjunto de elementos que queremos analisar em nosso estudo, no caso, os associados ativos do sindicato de Ibiacá. Já a População acessível é o conjunto de elementos que sara abrangido pelo estudo por questões de racionalidade física, em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características que se pretende levantar.

De acordo com estas definições, a população de nossa pesquisa é constituída de 700 associados em dia com as obrigações sindicais. Sendo que o erro esperado para a amostra é de 8%. O tamanho da amostra foi determinado com base em cálculo específico de determinação de tamanho de amostra, como segue.

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Considerando:

n_0 : Primeira aproximação do tamanho da amostra;

E_0 : Erro amostral tolerável

Com o resultado obtido, calcula-se o tamanho da amostra pela fórmula:

$$n = \frac{N * n_0}{N + n_0}$$

Onde:

n: tamanho da amostra;

N: Tamanho da População;

n_0 : Primeira aproximação do tamanho da amostra;

Depois de realizado o cálculo da amostra, chegou-se ao número de 128 questionários a serem aplicados. O número da amostra da pesquisa é igual a 127,73, número esse que foi arredondado para mais ficando em 128 questionários a serem aplicados nos associados do sindicato.

3.3 Procedimento e técnica de coleta de dados

Quanto à técnica de coleta de dados, no presente trabalho serão coletados dados primários provenientes da aplicação de um questionário com os associados do sindicato. Para Gil (2008) a definição de questionário compreende a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado.

As perguntas foram ordenadas, das mais simples às mais complexas, tendo o auxílio do pesquisador, lembrando que as perguntas referem-se a uma idéia com baixa possibilidade de duplas interpretações, e sempre respeitado o nível de conhecimento do informante. Já os dados secundários são provenientes de institutos de pesquisas como o IBGE, além de ministérios como o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e do próprio sindicato.

3.4 Variáveis de Pesquisa

Na concepção de Marconi e Lakatos (2011 p. 15) “todas as variáveis que possam interferir ou afetar o objeto em estudo devem ser levadas em consideração, mas

também devidamente controladas para impedir, para impedir comprometimento ou risco de invalidar a pesquisa”.

Neste estudo as variáveis são:

Perfil do associado: No perfil do associado pretende-se identificar qual a situação social e econômica do mesmo, identificar saber qual a idade, estado civil e o tamanho da propriedade onde o agricultor trabalha.

A inserção do associado no agronegócio corresponde à renda bruta, a sua principal atividade produtiva e também o processamento dos seus produtos. O associado está exposto ao mercado ao qual o agronegócio representa. Não importando o tamanho de sua propriedade nem a quantidade produzida.

Percepção do associado no sistema de proteção sindical onde se procura identificar como os serviços prestados influenciam a vida do agricultor, como também o tempo de associado, como ficou sabendo sobre o sindicato, sua importância, o atendimento prestado e uma análise sobre os serviços disponíveis.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Os dados foram levantados a partir de um questionário aplicado aos associados do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ibiacá. Sendo que posteriormente as respostas foram agrupadas em tabela eletrônica, com ajuda do software Excel. Como técnica utilizada para a interpretação dos dados, tem-se principalmente a estatística descritiva, juntamente com a incorporação de dados secundários de outras fontes como IBGE e o próprio sindicato. Também será incorporado na análise algumas referências bibliográficas visando ligar a teoria estudada com os dados levantados.

4.1 Perfil socioeconômico dos associados

Nas primeiras três figuras, buscou-se fazer um perfil socioeconômico dos associados, saber a idade, estado civil e o tamanho da propriedade onde exerce suas atividades. Na figura 02 estão agrupadas as respostas da pergunta sobre qual a faixa etária do associado, visando identificar a idade do público atendido pelo sindicato. Nesse sentido, 47,8% dos associados que responderam possuem idade entre 41 a 50 anos. A idade é um fator importante, pois denota que a maioria dos associados está envelhecendo, confirmando uma tendência de êxodo da população mais jovem do meio rural. Conforme dados do IBGE, em Ibiacá a população rural, vem diminuindo, visto que em 1991 tinha 3.560 pessoas no meio rural. Ao passo que no ano de 2010 este número caiu para 1.861. Estes números revelam que a população rural está deixando o interior para morar na cidade, onde a população urbana em 2010 já representa 2.849 pessoas. Também analisando a figura, 72,1% dos associados estão com idade superior a 40 anos. Isso representa a preocupação com os futuros benefícios que o agricultor virá a receber, como por exemplo, a aposentadoria. O sindicato é órgão emissor da declaração de

atividade rural, a normativa do INSS nº 79 de 01 de abril de 2015. É através desta declaração que muitas vezes o agricultor consegue o benefício de sua aposentadoria.

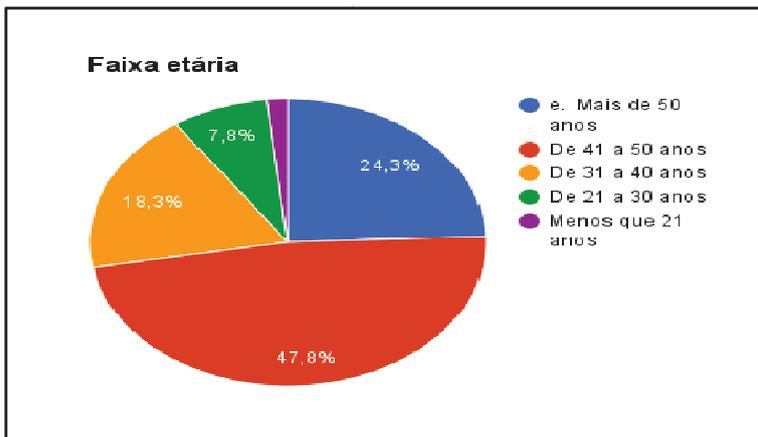


Figura 02 – Faixa etária dos Associados

Conforme a figura 03, 92,2% dos associados responderam que são casados. A família é muito importante para que a entidade e as propriedades cresçam forte. Segundo o estudo de Schneider (2003), na base teórica do desenvolvimento rural os agricultores familiares buscam dar continuidade as suas atividades produtivas operando um novo modelo de modernização e produção técnico produtivo. Também segundo Brumer (2001), é uma característica marcante que a agricultura familiar mantém uma relação de parentesco, onde o controle da propriedade é passado de geração em geração dentro de uma mesma família.

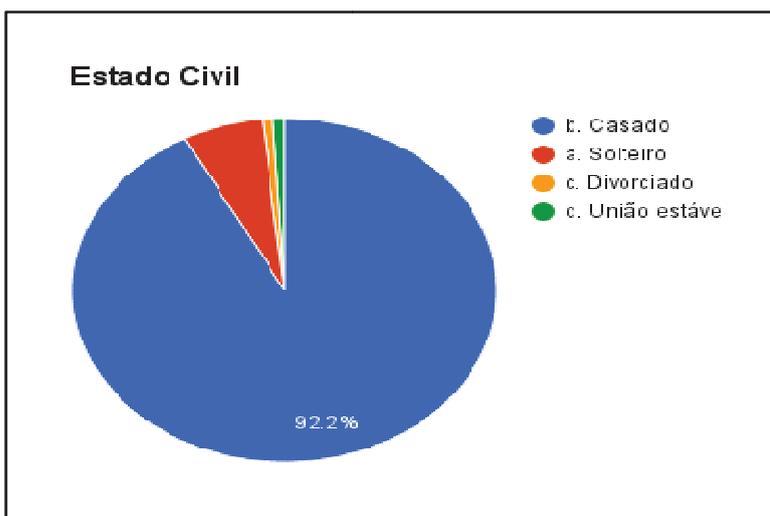


Figura 03 – Estado Civil

No que diz respeito às propriedades, a figura 04 mostra, de acordo com as respostas dos associados, o tamanho das propriedades. Sendo que a propriedade tem impacto direto no nível de produção, na renda do produtor e influi na permanência do agricultor no campo.

Conforme o estudo de Araujo, (2013) o homem rural precisa ser mais produtivo, e o agronegócio tende por excluir o pequeno agricultor, pois exige o uso de muita tecnologia e insumos que acabam encarecendo o custo da produção. Na figura pode-se perceber que a maioria representada por 52,7% possui propriedade com tamanho aproximado de 30 hectares. Significando propriedades relativamente pequenas, mas com grande potencial de produção e aumento, onde podem se inserir diversas atividades produtivas juntamente com a agricultura.

Também na figura 38,2% dos associados possuem propriedade com tamanho entre 30 há 60 hectares. Segundo dados, mais de 70% dos alimentos vem da agricultura familiar, onde está exerce papel fundamental na erradicação da fome e da pobreza e ainda contribui com a segurança alimentar, na gestão dos recursos naturais e na proteção do meio ambiente (ANUARIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015). O sindicato é composto por pequenos produtores, mas que representam um percentual grande na produção de alimentos do município.

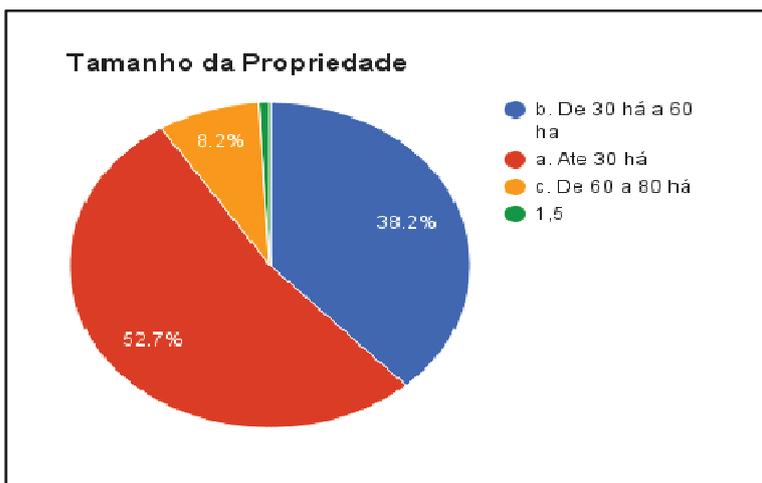


Figura 04 – Tamanho da propriedade

Segundo dados do IBGE, a quantidade de domicílios rurais e urbanos também sofreu grandes transformações. Em Ibiacá, no censo de 1991, a quantidade de domicílios rurais era de 911 enquanto em 2010 este número caiu para 618. No cenário urbano, em 1991 este número representava 647 residências enquanto que em 2010 aumentou para 1029. Neste sentido percebemos a importância do sindicato, em manter os agricultores nas suas propriedades, possibilitando maiores oportunidades que a sindicalização deve permitir. Os dados do IBGE confirmam que no agronegócio, com a intensa utilização da tecnologia e de insumos acabam por excluir o pequeno produtor. Muitas vezes o pequeno agricultor não tem maquinário, o que acaba por dificultar o trabalho. O sindicato é uma forma de proteção

principalmente para estes pequenos produtores, onde através de programas e convênios são inseridos no mercado e possuem condições de melhorar suas propriedades.

4.2 Inserção do associado no Agronegócio

O associado está constantemente exposto ao mercado representado pelo agronegócio. Não importando o tamanho de sua propriedade nem a quantidade produzida, o produtor de uma forma ou de outra terá que enfrentar os possíveis riscos do mercado. Neste sentido analisando a figura 05, nota-se que 36,8% dos associados possuem renda anual entre R\$ 80.000,00 a R\$ 120.000,00, representando uma renda média mensal aproximada de R\$ 8.330,00. Ao passo que 28,1% possuem renda anual entre R\$ 50.000,00 a R\$ 80.000,00, o que representa uma renda média mensal de R\$ 5.400,00. Lembrando que esse cálculo aproximado leva em consideração que a renda bruta mensal familiar do associado. Então, pode-se inferir que 64,9% dos associados tem renda superior a R\$ 50.000,00 por ano, e 35,1% possuem renda inferior a R\$ 50.000,00 por ano.

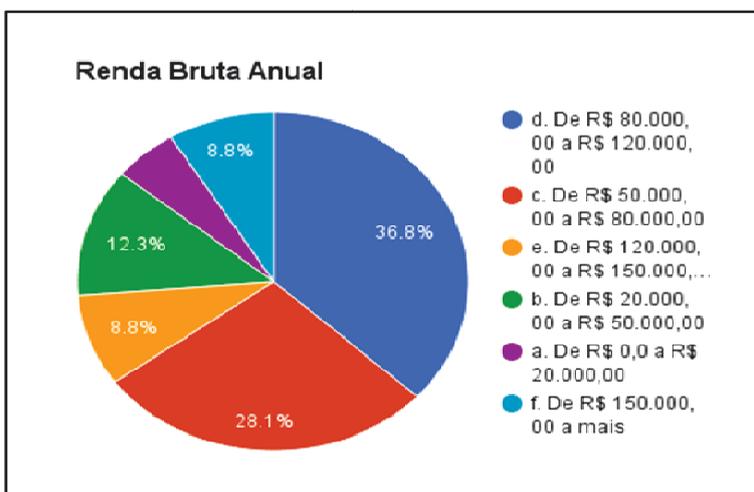


Figura 05 – Renda Bruta Anual

A renda de um produtor rural tem a tendência de acompanhar o tamanho da sua propriedade, como 52,7% dos associados possuem propriedades com até 30 hectares, é nítido o bom retorno que estão tendo da atividade. Pela teoria do desenvolvimento de Schneider 2003, rural uma pequena propriedade deve tentar ao máximo diversificar sua produção. Com a multiprodução o produtor consegue obter melhores resultados em comparação do produtor

que realiza somente a monocultura. Dito isto, foram questionados quais são os principais processos produtivos do associado.

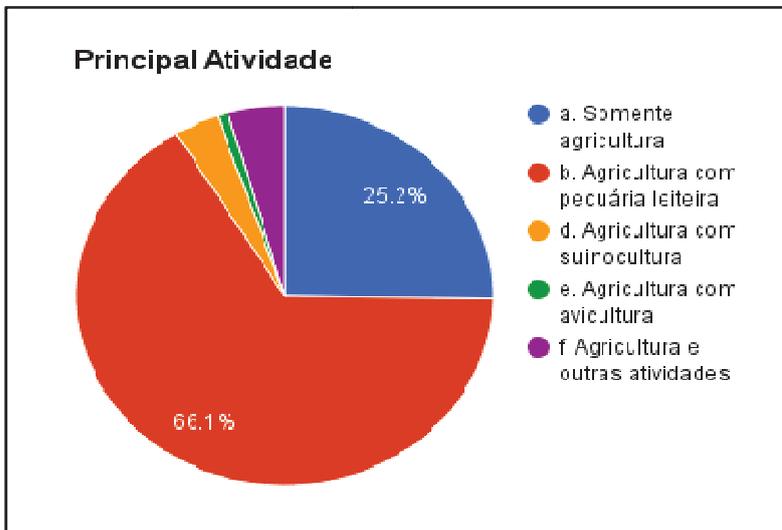


Figura 06 – Principal Atividade

Na figura 06 têm-se as principais atividades praticadas pelo associado, destacando-se, com 66,1%, o mix entre agricultura e a atividade leiteira. Confirmando a teoria que a estratégia de multiprodução é a mais adequada para os pequenos produtores permanecerem na atividade. Denota-se que o a associado, percebendo as dificuldades da especialização produtiva da monocultura, desenvolve a atividade leiteira para complementar a renda.

A produção leiteira no Brasil correspondia em 2014, a 6.267 bilhões de litros de leite em todo o país. (ANUARIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015). No município de Ibiacá, dados do IBGE mostram que houve um grande aumento na produtividade, em 1994 a produção leiteira do município era de 2.724 mil litros por mês. Em 2013 as propriedades rurais do município que possuem atividade leiteira como fonte de renda conseguiram produzir aproximadamente 15.000 litros por mês. Isso representa uma variação percentual de 450% na produção leiteira do município, proporcionando mais renda, e maiores recursos e possibilidade para o produtor conseguir permanecer na atividade.

Dos associados, 25,2% sobrevivem somente da agricultura. As culturas que se destacam no município seriam o milho e principalmente a soja. A quantidade produzida de soja no município, em 2013, foi de 53.130 toneladas, simbolizando um valor monetário aproximado de 47, 8 milhões de reais. No que se refere à produção de milho, em 2013, foi de 19.500 toneladas, representando um valor monetário de 8,3 milhões de reais (IBGE, 2015).

Sabe-se que essa produção não é originária totalmente dos associados, mas de acordo com o questionário os mesmos colaboram e recebem uma parte significativa deste valor.

Tentando aprofundar o assunto foi questionado se os associados conseguem vender facilmente seus produtos, 100% dos entrevistados responderam positivamente. Esse dado representa a ação das cadeias produtivas e do mercado de commodities, onde não importa muito a quantidade produzida, essa sempre será absorvida pelo mercado. O agronegócio, neste sentido, influencia os processos produtivos, pois o agricultor precisa do setor a montante e a jusante para poder produzir e vender a produção. Foi questionado também sobre a industrialização dos produtos.

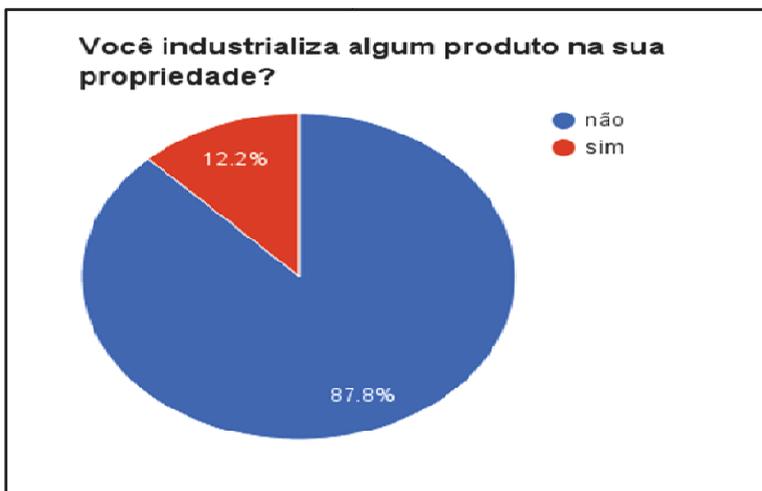


Figura 07 – Industrialização

Na figura 07, os respondentes demonstraram que a industrialização não é uma atividade comum nas propriedades, industrialização esta entendida como o processamento artesanal da matéria prima. A maioria dos associados apenas produz para o próprio consumo. Somente 12,2% do total de associados, industrializa algum produto na sua propriedade. Deste percentual, 56,3% produzem queijo, conservas e salame que corresponde a 43,8% dos produtos industrializados. Percebe-se que o agricultor não industrializa seu produto, pois em sua concepção não terá garantia de venda. As barreiras sanitárias impedem que os produtos de origem animal sejam comercializados em outras cidades. Essas barreiras são um fator impeditivo, fazendo com que o agricultor continue a produzir grãos. Outro fator importante e que faz com que o agricultor não sinta vontade de industrializar os produtos é a falta de projetos municipais que busquem esta industrialização. Há no município projetos de instalação de agroindústrias, mas devido à intensa burocracia e impasses governamentais estes

projetos estão ainda no papel. O sindicato apoia a criação destes espaços e assim como o poder público municipal busca de todas as formas incentivar os agricultores.

O sindicato através de suas parcerias com entidades locais tem total condições de apoiar e incentivar a multiproductividade. Isso representaria maior renda para as famílias. Sendo que o agronegócio tem uma tendência à especialização produtiva, e de exclusão de alguns produtores, confirmada pelos dados da pesquisa, que a multiprodução rural só se dá na produção de commodities. Pois na produção de grãos o agricultor tem mais certeza de que conseguira vender seus produtos, onde na industrialização precisa enfrentar várias barreiras impeditivas.

4.3 Percepção do associado no sistema de proteção sindical

Na análise feita sobre o sindicato, tentou-se identificar como os serviços prestados influenciam a vida do agricultor, foi questionado, dentre outras coisas como o tempo de associado, como ficou sabendo sobre o sindicato, sua importância, o atendimento prestado e uma análise sobre os serviços disponíveis.

Na figura 08, têm-se as respostas sobre tempo de associado, o sindicato foi fundado em 1965, tendo cinquenta anos de história no município. Nesses 50 anos, vários sócios já passaram pelo sindicato, reforçando as lutas e o crescimento social. Dos respondentes 54,9% são sócios do sindicato a pelo menos 20 anos, representando a confiança e a vontade de construir uma entidade forte. Por outro lado, tem-se uma queda no número de novos sócios, pois os sócios de até 10 anos representam apenas 9,7% do total. Isso mostra que pode estar havendo uma falta de renovação dentro da formação sindical. Abrindo oportunidade para a realização de um trabalho de conscientização e prospecção de novos associados. Principalmente entre os filhos dos produtores que futuramente assumirão a propriedade.

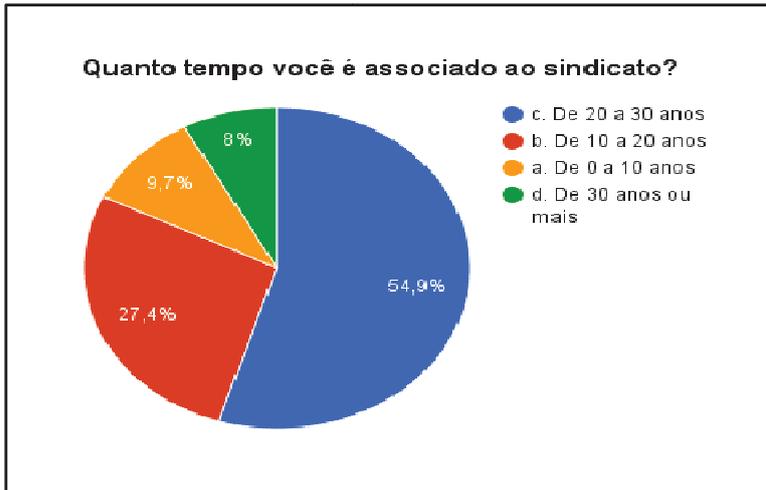


Figura 08 – Tempo de associação

Na figura 09, foi questionado ao associado como eles ficaram sabendo sobre o sindicato, onde 87,7% soube pela família. Confirmando o que Schneider 2003, aponta em seu estudo que a família é responsável pela continuidade das atividades produtivas e pela transição familiar da propriedade.

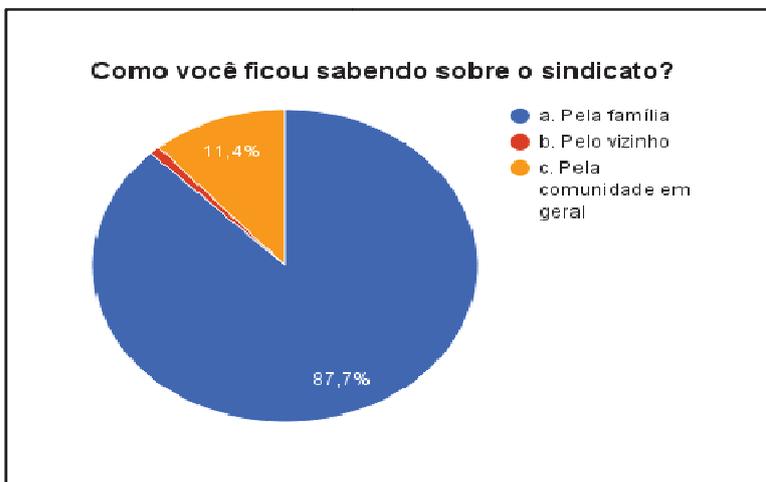


Figura 09 – Informação sobre o sindicato

Na figura 10, representando a importância da associação sindical, 79,1% responderam que acham muito importante a associação na entidade. A estrutura sindical ainda possui fragmentos, para tanto, se faz necessária a participação e envolvimento do agricultor no processo de conquistas. Na figura percebe-se que os sócios entendem o quanto importante é ser sócio e participar ativamente. Um percentual de 79,1% de importância registra satisfação e orgulho para que o sindicato continue melhorando seus serviços e consiga outras conquistas ao agricultor. A agricultura familiar possui como característica a racionalidade que é

determinada pelo mercado e pela dinâmica interna de seu estabelecimento. Segundo o estudo de Gazolla (2004), possuem uma lógica de reprodução da família, com a produção da sua própria alimentação, produzindo excedentes como carne, suínos, milho, que são voltados para o mercado, criando assim um vínculo mercantil com a sociedade.

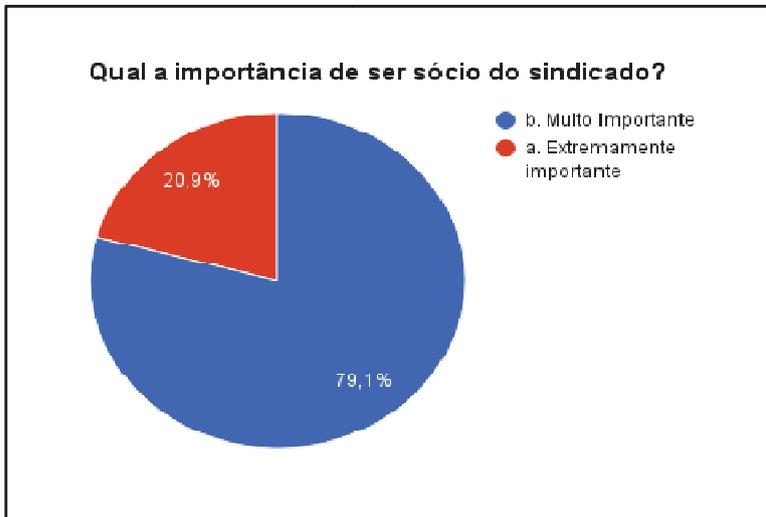


Figura 10 – Importância em ser associado

Participar como sócio do sindicato pode trazer distintas oportunidades aos associados. Dos questionários aplicados, os agricultores responderam que o acesso a informação representa uma importância de 74,8%. Eles consideram que a informação é a base para a obtenção das melhores oportunidades, em um ambiente de extrema competição e transformação. O auxílio com questões burocráticas representa 77,4%, sendo importante ter profissionais qualificados no sindicato que consigam desempenhar este tipo de serviço de forma ágil e competente.

Para 74,8% dos associados à assistência jurídica é de extraordinária importância, pois é sempre bom ter auxílio de uma pessoa com formação especializada sobre os diferentes assuntos jurídicos que o agricultor virá a precisar. O associado vivencia as transformações na tecnologia agrícola constantemente, então o acesso a formação é um fator primordial para a permanência no mercado, nesse sentido, 71,1% dos entrevistados acharam importante que o sindicato busque sempre promover cursos e capacitações. Já foram formadas duas turmas através do PRONATEC, sendo cursos destinados a melhorias na agricultura.

Quanto o acesso as políticas públicas, 67,8% dos associados acharam importante o sindicato proporcionar este acesso e isso é possível através das parcerias e capacitações que o sindicato faz tanto com o governo estadual como com o federal. Um exemplo disso é o Credito Fundiário, onde este programa possibilita a compra de terra com início de pagamento

em cinco anos. O acesso a criação e participação de projetos representa 73% de importância. A entidade sempre em suas assembleias e reuniões busca as sugestões e a participação dos associados para valorizar ainda mais a sua associação e para melhorar as propostas oferecidas.

Questionados sobre os serviços prestados aos associados pelo sindicato, os agricultores acharam que a DAP corresponde a 60% de importância. A DAP é um documento muito importante, documento que atesta e garante aos agricultores inúmeros benefícios, como o PRONAF. O sindicato fez 300 DAP'S em média no ano de 2014, entre novas e renovações representando novos agricultores, e também novos associados. Com a DAP o associado consegue encaminhar o PRONAF, nesse sentido, 64,3% dos associados acharam importante e 35,7% muito importante, ter acesso ao PRONAF. O mesmo possibilita o agricultor a obter crédito junto às instituições financeiras com juros baixos. Os agricultores viram uma perspectiva de crescimento produtivo quando inseridos neste programa.

O acesso ao programa troca troca representa 68,4% de importância, este programa é financiado pelo governo do estado e todos os anos o sindicato entrega aproximadamente 300 sacas de semente de milho aos seus associados. Sobre a realização do ITR os agricultores consideraram 70,8% de importância, onde o sindicato realiza mais de 500 declarações todos os anos para os associados. Os serviços de INSS significaram 67% importante, onde dentre estes serviços estão os mais procurados como encaminhamento de aposentadoria, auxílio doença e salário maternidade. O custeio, crédito garantido pelo PRONAF, onde o sindicato contrata em média 150 operações entre os meses de agosto a outubro e que os agricultores consideram 65,2% importante. A habitação considerada muito importante e já beneficiou muitos agricultores em todo o estado, no município aproximadamente 50 agricultores já tiveram a reforma e casa nova através deste programa que vêm melhorando com o passar dos anos. Dos agricultores que responderam 67% consideraram importante.

Sucintamente na análise nota-se a importância dos dados coletados para a entidade reconhecer e entender o que o sindicato representa para os agricultores no município e também melhorar a relação com os associados e elevar ainda mais as oportunidades e condições necessárias para a continuidade das ações direcionadas aos agricultores familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio se destaca como o motor da economia nacional. A agricultura familiar também se destaca pela sua representação econômica. Aliados a estas variáveis o sindicato surge na sociedade e principalmente para os agricultores como uma ferramenta de apoio e incentivo a produção agrícola. Com a aplicação do questionário foi possível identificar e comprovar que o sindicato é um apoio para a agricultura familiar. Além da prestação de serviços essenciais ao agricultor, o sindicato representa as possíveis mudanças, as melhorias. O sindicato é a representação do agricultor, e é também o responsável pela luta para assegurar a permanência e a garantia de renda do agricultor familiar.

A família mostra se importante para os agricultores. A maioria dos que responderam são casados e pequenos proprietários confirmando que os associados são agricultores familiares. Um fator importante é a principal atividade produtiva dos agricultores, a grande maioria produz apenas grãos e leite, esses produtos garantem uma boa renda, mas não garantem a soberania alimentar que o país necessita. Para isso a necessidade da multiprodução aliada ao uso de tecnologias que facilitam o trabalho agrícola.

Também nota-se que os agricultores associados entendem a verdadeira importância e esperam mais benefícios, são associados porque acreditam na força da entidade e que é através desta que estão inseridos em programas de apoios, incentivos e melhorias agrícolas. As políticas públicas de certa forma são responsáveis pelo crescimento agrícola, pois possibilitam que o agricultor obtenha as melhores condições de financiamentos e investimentos. Assim conseguem melhorar suas propriedades tendo um incentivo para continuar na atividade, pois a grande maioria dos associados antigamente trabalhou em condições de baixa tecnologia e com os baixos juros oferecidos pelos programas podem melhorar este cenário.

Neste sentido, o objetivo do trabalho foi identificar a real necessidade do sindicato e o que os seus associados esperam contribuindo com a entidade. Para isso foi utilizada pesquisa

em livros, e aplicado questionário que serviu de base para a análise. Como sugestão pode-se destacar:

Primeiramente a importância do sindicato apoiar a multiproductividade da agricultura, pois o agricultor apesar de todos os avanços na produção de grãos, precisa ter outra alternativa de renda, outras culturas como produtos de subsistência. Através da análise percebe-se que ainda são possíveis maiores avanços, e o sindicato precisa colaborar fornecendo cursos de técnicas de diversidade agrícola. A partir da obtenção dos dados, e de acordo com os resultados, o estudo mostra a necessidade de o sindicato influenciar e incentivar a pequena produção com produtos diferenciados, onde o agricultor estará contribuindo com a produção de alimentos e com garantia de outra fonte de renda.

Pelos resultados da pesquisa realizada, outra sugestão é a criação de programas de incentivo e conscientização do jovem produtor ou futuro produtor rural. Estimular o jovem, filho dos agricultores a serem sócios contribuintes, será essencial para a futura manutenção da agricultura familiar no município e também para a manutenção do próprio sindicato. Os dados mostram que os sócios estão envelhecendo e por isso existe a necessidade de novos associados, e programas voltados à permanência dos jovens nas propriedades. Essa constatação vem ao encontro dos dados obtidos através do IBGE que confirmam que no município houve uma saída intensa das pessoas do meio rural para a cidade, sendo necessária a criação de alternativas eficazes que façam com que as famílias queiram continuar em suas propriedades.

Neste estudo ficou clara a percepção dos agricultores em relação ao sindicato e a importância que a entidade representa para eles. O sindicato como representante dos agricultores estará sempre buscando incentivos e melhorias para seus associados e para os agricultores familiares do município.

REFERENCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3º ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALENCAR, Edgar, **Complexos agroindustriais**. 2º. ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.
- ALVES, Clovis Tadeu. **A revolução verde na mesoregião noroeste do RS**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.
- ALVES, Eliseu Roberto de Andrade (Org.) *et al.* **Agricultura Tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- ANUARIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Editora Bota amarela: 2015.
- ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada as Ciências Sociais**. 4º ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- BARBOSA, Ricardo de Abreu. **Fontes de vantagem competitiva em situação de oligopsônio: um estudo no segmento de moldes e estampas**. São Paulo, 2011.
- BARROS, Edgar Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1999.
- BATALHA, Mario Otávio. **Gestão Agroindustrial**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios** . Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BLUM, Rubens. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- BRUMER, Anita. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; CRISTO Carlos Manuel Pedroso Neves. **Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção Tecnológica**. Disponível em:
<http://200.198.192.95/portalmidic/arquivos/dwnl_1197031881.pdf> Acesso em: 29 ago 2015.

DA SILVA, Márcio Gomes; DIAS, Marcelo Miná. **Organização política, agricultura familiar e estratégias de desenvolvimento local: o caso de espera feliz-mg**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em extensão rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

DIEHL, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FAO/INCRA, **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FARIA, Rodrigo Legrazie de. **Gestão de Marketing nas Cooperativas Rurais**. Disponível em: <<http://www.engenho.info/revista/ed02/dartigos/8-Artigop107-120.pdf>>. Acesso em: 29 Ago 2015.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FETRAF/SUL, **Agricultura Familiar: história e desafios. Juventude Semeando Terra Solidária**. Módulo 03.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5583/000472644.pdf>> Acesso em: 08 set 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; **Métodos de pesquisa**. 2009. 120 f. Artigo, (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDBERG, Davis J. H. In BATALHA, Mário Otávio; GEPAI: **Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3º ed. 8 reimpressão, São Paulo: Atlas, 2014.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000200004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 05 set 2015.

LIMA, Luiz Tenório de. **Movimento Sindical e Luta de Classes**. 1º Ed. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. – 4 reimpr.- São Paulo: Atlas 2011.

MARQUES, Marco Aurélio; BRAGA, Marcelo José. **Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000400003&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 29 ago 2015.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. 2º Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence, **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico a crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio, uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall 2007.

MOYSES, Jamila Wisoski. **O desenvolvimento sustentável, a utilização de energia renovável e sua inter-relação com o direito do consumidor**. In: SILVA (Org.) **Do consumo ao Desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo: UPF. Editora da UNIVALI, 2013.

NIEDERLE, Paulo Andre; SCHNEIDER, Sergio. **Pluriatividade na Agricultura Familiar: estratégia diferencial de distintos estilos de agricultura**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1033.pdf>> Acesso em: 26 out 2015.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. CEPLAC Disponível em: < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm> > Acesso em: 04 out 2015.

ORSANO, Samya Madureira. **Segurado especial e o benefício da aposentadoria por idade**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 81, out 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8532>. Acesso em 15 set 2015.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe. **Meio Ambiente, informação e consumo, a racionalidade sobre um ato impulsivo**. In: SILVA (Org.) **Do consumo ao Desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo: UPF. Editora da UNIVALI, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil**. Sociologias. Porto Alegre, v. 16, nº 35, p. 204-36, jan/abr 2014.
QUEIROZ, Maria. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SCHNEIDER, Sérgio. Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais. In: ANAIS DO I FÓRUM INTERNACIONAL: TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf>> Acesso em: 26 out 2015.

SILVA, Sidartha e Sória. **Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil**. Brasília: Brasileiras, 2001.

TAVARES, Thea. In: DESER, Departamento de Estudos Sócios Econômicos Rurais: Curitiba. 2015.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3º ed. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3º ed. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

Anexo A - Questionário aplicado aos associados do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ibiacá - RS

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela acadêmica Elisângela Zago, sob a orientação do professor Ms. Clovis Tadeu Alves, sendo parte integrante do trabalho de conclusão de Curso de Administração. O estudo tem por objetivo investigar a importância do sindicato do Município de Ibiacá, além de levantar a percepção e o perfil dos associados. Podem responder este questionário somente os produtores rurais associados no Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ibiacá. Conto com sua contribuição respondendo este questionário. Comprometo-me a não identificar os respondentes.

- 1- Faixa etária do associado
 - a. Menor que 21 anos
 - b. De 21 a 30 anos
 - c. De 31 a 40 anos
 - d. De 41 a 50 anos
 - e. Mais de 50 anos
- 2- Estado Civil
 - a. Solteiro
 - b. Casado
 - c. Divorciado
 - d. União estável
- 3- Renda Bruta anual
 - a. De R\$ 0,0 a R\$ 20.000,00
 - b. De R\$ 20.000, 00 a R\$ 50.000,00
 - c. De R\$ 50.000, 00 a R\$ 80.000,00
 - d. De R\$ 80.000, 00 a R\$ 120.000,00
 - e. De R\$ 120.000, 00 a R\$ 150.000,00
 - f. De R\$ 150.000,00 a mais
- 4- Qual o tamanho de sua propriedade?
 - a. Até 30 há

- b. De 30 há a 60 ha
 - c. De 60 a 80 há
 - d. Outro _____
- 5- Qual a sua principal atividade produtiva?
- a. Somente agricultura
 - b. Agricultura com pecuária leiteira
 - c. Agricultura com pecuária de corte
 - d. Agricultura com suinocultura
 - e. Agricultura com avicultura
 - f. Agricultura e outras atividades
- 6- Consegue vender facilmente seus produtos?
- a. Sim
 - b. Não
- 7- Você industrializa algum produto na sua propriedade?
- a. Sim
 - b. Não
- 8- Se sim, quais?
- a. Queijo
 - b. Salames
 - c. Carnes in natura
 - d. Suco
 - e. Conservas
 - f. Outros _____
- 9- Quanto tempo você é associado ao sindicato?
- a. De 0 a 10 anos
 - b. De 10 a 20 anos
 - c. De 20 a 30 anos
 - d. De 30 anos ou mais
- 10- Como você ficou sabendo sobre o sindicato?
- a. Pela família
 - b. Pelo vizinho
 - c. Pela comunidade em geral
 - d. Outros _____
- 11- Qual a importância de ser sócio do sindicato?

- a. Extremamente importante
- b. Muito importante
- c. Moderadamente importante
- d. Pouco importante
- e. Nada importante

12- Em relação ao atendimento prestado pelo sindicato você está:

- a. Extremamente satisfeito
- b. Muito satisfeito
- c. Moderadamente satisfeito
- d. Pouco satisfeito
- e. Insatisfeito

13- Participar como sócio do sindicato pode trazer distintas oportunidades aos associados.

Assim, analise os fatores abaixo relacionados e identifique seu grau de importância sendo 01 pouco importante e 05 muito importante:

	Nada importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Fatores	1	2	3	4	5
Acesso a informação					
Auxílio com questões burocráticas					
Assistência Jurídica					
Acesso a formação					
Acesso a Políticas Públicas					
Acesso a criação e participação					

de projetos					
-------------	--	--	--	--	--

- 14- O associado tem a disposição vários serviços que podem auxiliar na atividade rural. Assim, analise os fatores abaixo relacionados e identifique seu grau de importância sendo 01 pouco importante e 05 muito importante:

	Nada importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Fatores	1	2	3	4	5
DAP PRONAF					
Acha importante o PRONAF para sua atividade					
Acesso ao programa troca troca de sementes					
Realização de ITR					
Declarações Diversas					
Serviços de INSS					
Custeio					
Habitação					

